



**PORTUGAL
FOODS**

Atlantic meets Mediterranean



OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO

PARA AS PME DO SETOR AGROALIMENTAR

2021-2027



**WELL
ADVISED CO**
ADVISING WITH INTELLIGENCE

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

■	Introdução	1
■	Enquadramento dos Fundos Europeus	2
■	Oportunidades para as Empresas no PRR	5
■	Estratégia Portugal 2030	11
■	Horizonte Europa 2021-2027.	18
■	Ação para 2030 - I&D e Roadmap tecnológico	25
■	Literacia Financeira para a Gestão das PME	32
■	Glossário	42
■	Bibliografia	43

INTRODUÇÃO

O acesso a oportunidades de financiamento é um dos fatores determinantes para assegurar a competitividade das empresas portuguesas. Quando uma empresa tem menor capacidade de acesso ao financiamento fica mais afastada das oportunidades de investimento.

O presente estudo de sistematização de informação sobre oportunidades de financiamento para as PME nas áreas da Indústria 4.0, Economia Circular, Economia Digital e I&D, foi realizado no âmbito do projeto PortugalFoods_Qualifica. Tem como objetivo apresentar de forma simplificada as oportunidades de financiamento, no âmbito dos fundos europeus estruturais e de financiamento, que estão disponíveis e que visam transformar a economia portuguesa.

Trata-se de um contexto ímpar, dado que Portugal nunca teve disponível tantos fundos europeus para investir em tão pouco tempo. A combinação de fundos do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do Next Generation EU vai permitir a Portugal beneficiar, durante os próximos anos, de um volume significativo de fundos que deverão ser aplicados na recuperação e expansão da economia nacional. Adicionalmente, ainda existem fundos por executar no último quadro comunitário PT 2020.

No domínio da inovação e I&D, associada à transição digital e verde, apresentam-se as linhas de força do que será o foco primordial do futuro quadro Portugal 2030. Apresentam-se também as novas oportunidades de financiamento através do Programa Quadro de Investigação e Inovação Europeu - Horizonte Europa. Para apoiar a contextualização e clarificar posicionamentos das empresas do setor agroalimentar e dos seus futuros projetos, foi feita uma análise das tendências de investigação europeia na área agroalimentar para clarificar posicionamentos das empresas e dos futuros projetos. Nesse sentido, foi também considerado o Roadmap Tecnológico para o setor agroalimentar português, apresentado pela PortugalFoods em abril de 2021, com o objetivo de correlacionar com as oportunidades de financiamento existentes nos capítulos anteriores.

Além das oportunidades de financiamento, o gestor de uma empresa tem necessariamente de conhecer os mecanismos de financiamento por detrás dessas oportunidades, e saber selecionar a melhor estratégia de financiamento, tendo em conta a natureza e dimensão do negócio, e sobretudo, a capacidade da empresa de dar resposta às suas obrigações financeiras. A literacia financeira assume um papel muito importante na vida das empresas e o capítulo final apresenta conceitos essenciais na vida das empresas e na análise de projetos de investimento.

ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS EUROPEUS

Com a pandemia de COVID-19 a afetar profundamente a conjuntura económica global, a Comissão Europeia apresentou em 2020 uma proposta coletiva de reforço significativo do financiamento aos Estados-Membros, que visa combater os impactos negativos desta crise sem precedentes e simultaneamente relançar a economia europeia.

A Comissão Europeia mobilizou um conjunto de recursos financeiros para apoiar os diferentes Estados-Membros, repartidos entre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, com uma dotação de 1.074 mil milhões de euros e um novo instrumento de recuperação europeu, designado por Next Generation EU, com uma dotação de 750 mil milhões de euros.

O Quadro Financeiro Plurianual é o orçamento de longo prazo da União Europeia que estabelece a alocação dos recursos disponíveis para financiamento das políticas definidas no quadro da estratégia europeia multianual. Para Portugal, está prevista uma dotação de 33,6 mil milhões de euros para o período compreendido entre 2021 e 2027.

**Portugal terá
uma dotação de
33,6 mil M€ para
o período
compreendido
entre 2021-2027**

Next Generation EU

O Next Generation EU é um instrumento temporário destinado a apoiar os diferentes Estados-Membros, que permitiu a criação dos diversos planos de recuperação nacionais no contexto de resposta à crise e de cumprimento da prioridade europeia para as transições climática e digital.

O plano de recuperação de Portugal é o denominado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que contempla cerca de 19 mil milhões de euros, repartidos entre 16,4 mil milhões de euros de subvenções e 2,7 mil milhões de euros de empréstimos e estará em vigor entre 2021 e 2026. Estes fundos serão canalizados para os Estados-Membros no período de 2021-2026, com o objetivo de 70% destes fundos serem aplicados entre 2021-2022.



Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um dos instrumentos fundamentais para a concretização da Estratégia Portugal 2030, enquanto referencial de médio-prazo para o desenvolvimento social, económico e ambiental do país.



Estratégia Portugal 2030

A Estratégia Portugal 2030 permite dar resposta aos principais bloqueios estruturais que o país enfrenta, em particular, através da promoção do investimento e da melhoria sustentada da resiliência institucional e do ambiente de negócios, potenciando a criação de valor e a competitividade do nosso tecido empresarial; através de uma renovada aposta nas qualificações e competências dos portugueses, nomeadamente dos portugueses em idade ativa, maximizando o crescimento potencial da economia portuguesa e aumentando a sua resiliência e capacidade de adaptação e através da redução das desigualdades sociais e territoriais, potenciada por uma estratégia de crescimento sustentado e inclusivo.

Esta estratégia tem vindo a ser partilhada com a Comissão Europeia, identificando áreas de atuação no processo de coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros da União Europeia. As respostas aos desafios que o país enfrenta, são espelhadas nas Recomendações Específicas por País (REP):

As Recomendações Específicas por País dirigidas a Portugal (REP) com relacionamento mais direto com a atividade empresarial são as que estão contempladas nas REP 3 - "Fomentar o investimento público e privado, com foco particular na dupla transição digital e climática"

Neste grupo o PRR prevê três tipos de contributos. Um contributo no âmbito do acesso ao investimento, com vista à recuperação (REP 3.2); um contributo no domínio da transição climática com vista a uma economia hipocarbónica (REP 3.1); e um contributo para a promoção do investimento em inovação e investigação, apoiando a transição digital (REP 3.3).

REP 1 - GARANTIR A RESILIÊNCIA FINANCEIRA E INSTITUCIONAL

REP 2 - PROMOVER AS COMPETÊNCIAS E QUALIFICAÇÕES, APOIAR O EMPREGO DE QUALIDADE E REFORÇAR A PROTEÇÃO SOCIAL

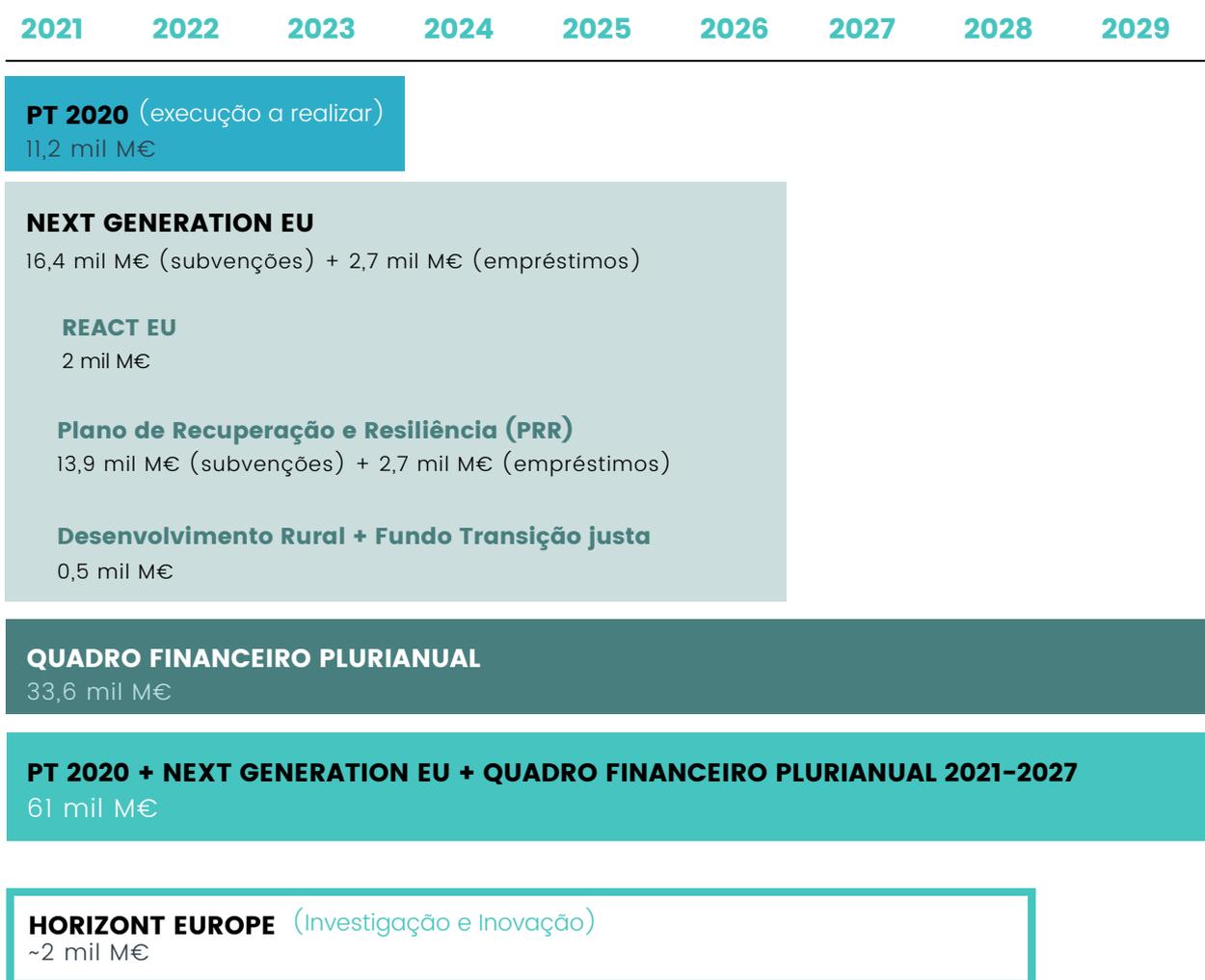
REP 3 - FOMENTAR O INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO, COM FOCO PARTICULAR NA DUPLA TRANSIÇÃO DIGITAL E CLIMÁTICA

REP 4 - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE CONTEXTO PARA AS EMPRESAS E OS CIDADÃOS

A maior parte dos recursos da UE é canalizada através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, geridos em conjunto pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros, ao abrigo dos acordos de parceria, como o Portugal 2020 e o previsível Portugal 2030.

Pelos seus objetivos supranacionais, alguns programas, como por exemplo o Horizonte 2020, e agora o Horizonte Europa, são geridos diretamente pela Comissão Europeia ou pelas agências europeias setoriais.

Financiamento para o período 2021–2029



OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS NO PRR

A última versão do PRR foi publicada pelo Governo a 22 de abril de 2021, tendo sido aprovada a 16 de junho pela Comissão Europeia. A estruturação deste documento é feita em torno de 3 dimensões estruturantes – Resiliência, Transição Climática e Transição Digital – materializadas em 20 Componentes que integram, por sua vez, um total de 37 Reformas e 83 Investimentos.

Para cada dimensão de intervenção estrutural foi identificado um conjunto de investimentos agregadores com maturidade e potencial de transformação na economia portuguesa, que se podem traduzir em 20 componentes (C1 a C20).

O acesso ao financiamento do PRR pelas empresas está segmentado nestas 20 componentes que contêm investimentos com diferentes objetivos a atingir.

Tendo em conta as oportunidades de financiamento para as PME do setor Agroalimentar, destacam-se as componentes de investimento mais direcionadas para as empresas, sem prejuízo dos efeitos indiretos e de arrastamento que todos os restantes investimentos previstos no PRR virão a ter na economia em geral.

Apresenta-se na página seguinte o detalhe das componentes C5, C11, C12 e C16:

DIMENSÃO	COMPONENTE	TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO	VALOR
Resiliência	C5. Capitalização e inovação empresarial	Agendas/Alianças Mobilizadoras e Verdes para a Inovação Empresarial	930 M€
		Relançamento económico da Agricultura Açoriana	30 M€
Transição Climática	C10. Mar	Transição verde e digital e segurança nas pescas	21 M€
	C11. Descarbonização da indústria	Descarbonização da indústria	715 M€
	C12. Bioeconomia sustentável	Bioeconomia	145 M€
	C13. Eficiência energética em edifícios	Eficiência energética em edifícios residenciais	300 M€
		Eficiência energética em edifícios de serviços	70 M€
Transição Digital	C16. Empresas 4.0	Transição digital nas empresas	450 M€
		Catalisação da transição digital nas empresas	100 M€

C5. Capitalização e inovação empresarial

Aumentar a competitividade e a resiliência da economia portuguesa com base em I&D, na inovação e na diversificação e especialização da estrutura produtiva.

- Agendas/ Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial (558 M€)
- Agendas/ Alianças verdes para a Inovação Empresarial (372 M€)
- Missão Interface; renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo (186 M€)
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (93 M€)
- Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores (125 M€)
- Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento (1.550 M€ através de empréstimos)

C11. Descarbonização da indústria

Incentivar a adoção de estratégias que reduzam a intensidade carbónica das atividades industriais, através da implementação de equipamentos e processos mais descarbonizados, a adoção de medidas de eficiência energética ou a incorporação de energia de fonte renovável, incluindo o seu armazenamento.

- Descarbonização da indústria (715 M€)
 - eletrificar processos industriais
 - incorporar hidrogénio e gases renováveis na indústria
 - adotar medidas de eficiência energética
 - incorporar de energia de fonte renovável

C12. Bioeconomia sustentável

Promoção de uma bioindústria nacional, através da dinamização de atividades de I&D para o aproveitamento de matérias-primas de base florestal e da implementação de pilotos industriais e agroindustriais, designadamente nos setores têxtil e vestuário, do calçado e da resina natural.

- Bioeconomia (145 M€)

C16. Empresas 4.0

Apoiar a transição digital das empresas através do reforço das competências digitais da força de trabalho, da transformação dos modelos de negócio das empresas e da integração de tecnologia nas empresas.

- Capacitação Digital das Empresas (100 M€)
- Transição Digital das Empresas (450 M€)
- Catalisação da Transição Digital das Empresas (100 M€)

No que se refere à promoção do acesso ao financiamento, em particular para as PME, e promoção do investimento para a recuperação (REP 3.2), o PRR assenta em duas abordagens complementares, potenciando o investimento privado e reforçando o investimento público (C11, C12, e C16).

A componente C5 centra-se no apoio à capitalização do tecido empresarial e na minimização de falhas de mercado no acesso a financiamento através, nomeadamente, da criação, desenvolvimento e capacitação financeira do Banco Português de Fomento com vista à criação das condições financeiras para a viabilização de projetos de interesse estratégico nacional.

As componentes C11 e C16 visam alavancar os investimentos necessários para que as empresas e os seus trabalhadores se adaptem à dupla transição climática e digital. Os apoios à descarbonização da indústria previstos na C11 assegurarão a preparação atempada do nosso tecido produtivo às novas exigências em matéria ambiental. A C16 dará um contributo decisivo para a transformação digital dos modelos de negócio das PME, permitindo-lhes um reposicionamento dos seus negócios num ecossistema digitalmente avançado, particularmente relevante no contexto pandémico.

No que se refere à promoção do investimento em inovação e investigação (REP 3.3), a abordagem inscrita no PRR assenta no pressuposto de que, especialmente em tempos de recuperação económica e de robustecimento da resiliência da estrutura económica e social do país, o investimento em investigação e inovação deverá apoiar-se na promoção de sinergias entre todas as entidades do sistema científico e tecnológico, incluindo as entidades empresariais, de modo a explorar o potencial efetivo de afirmação competitiva das áreas de especialização já estabelecidas e das áreas emergentes, contribuindo para a dupla transição digital e energética e para o cumprimento das metas nacionais já definidas.

Para este processo contribui, sobretudo, a componente C5 – Capitalização e Inovação Empresarial, com as inovadoras, transformadoras e disruptivas Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, a par de uma renovada estratégia para o sistema científico e tecnológico, ao serviço das empresas. Acresce ainda o contributo relevante da componente C12 – Bioeconomia, onde a modernização com vista à aceleração da produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos está alicerçada na investigação científica, na inovação e na sinergia.

A implementação operacional do PRR demonstra uma mudança de paradigma face ao histórico de fundos europeus em Portugal, que importa salientar e que deve ser tido em conta pelas empresas do setor agroalimentar.

Existe um propósito assumido na canalização de verbas de elevado valor para poucos projetos com dimensão, capacidade e potencial para criar um maior impacto nas empresas e consequentemente um maior efeito de arrastamento na economia nacional. (4 mil M€ destinados às empresas)

Estes projetos que usufruirão das verbas do PRR, são preferencialmente colaborativos, incluindo não só empresas, mas sobretudo Entidades não Empresariais do Sistema de I&I.

Adicionalmente, será de referir que o PRR prevê a implementação de várias reformas, em particular de promoção da I&D e do investimento inovador das empresas com o objetivo de aumentar o peso da indústria transformadora na estrutura económica nacional e o alargamento e consolidação da rede de instituições de interface, de forma a dotar esta rede dos recursos necessários à maximização do seu impacto na transferência de tecnologia e na valorização económica do conhecimento.

O PRR contribui para a promoção do investimento para a transição climática (REP 3.1) através das componentes C10 a C15 que, no seu conjunto, compõem a dimensão estruturante do PRR “Transição Climática”, bem como às componentes C4, C5, C8 e C9, as quais também incorporam investimentos diretamente ligados à transição climática.

Relativamente aos impactos diretos no processo de descarbonização, relacionados com as PME do setor agroalimentar, pretende-se concretizar: ações que promovam uma redução da intensidade energética da economia (componentes C13, complementadas com as abordagens setoriais previstas noutras componentes neste mesmo domínio da promoção da eficiência energética; e C 10, C11, C5 e C12, numa lógica de descarbonização da estrutura produtiva, aliada a uma maior incorporação de processos de circularidade dos materiais), ou de incorporação no consumo deste tipo de energia em substituição energia proveniente de fontes de origem fóssil (C11 e C12)

Modelo de acesso ao PRR

Apesar de se manter o modelo tradicional de publicação de avisos de abertura com períodos temporais para apresentação de candidaturas temáticas, o PRR prevê um novo modelo de acesso, sob a forma de convites à manifestação de interesse para desenvolvimento de projetos, em que podem participar empresas e entidades relevantes dos sistemas científico e tecnológico, e agências públicas, constituídas em consórcio e identificando os projetos mobilizadores a apoiar, visando a celebração de contratos-programa com o Estado para transformação de um setor ou de uma cadeia de valor.

O detalhe dos Avisos do PRR pode ser consultado no Portal Recuperar Portugal: recuperarportugal.gov.pt.

Candidaturas em modelo tradicional

- C11 - Descarbonização da indústria
- C13 - Eficiência energética em edifícios
- C16 - Empresas 4.0, Transição Digital das empresas

Novo modelo de manifestações de interesse

- C5 - Agendas/Aliações mobilizadoras para a reindustrialização – Aberta submissão de Candidaturas de “Manifestação de Interesse” até 30/09/2021
- C5 - Agendas/Aliações verdes para a inovação empresarial – Aberta submissão de Candidaturas de “Manifestação de Interesse” até 30/09/2021
- C12 - Bioeconomia Sustentável (Têxtil, Calçado, Resinas Naturais) – Convite à constituição de consórcio até 10/08/2021

Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial

As iniciativas a considerar nas Agendas/Alianças Mobilizadoras, deverão estar obrigatoriamente alinhadas com as prioridades estratégicas definidas no PRR, potenciando quer as vantagens competitivas e comparativas do País, quer o potencial de crescimento identificado em determinados setores e subsetores, tais como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Matérias-Primas e Materiais, Indústrias e Tecnologias de Produção, Automóvel, Aeronáutica e Espaço, Transportes, Mobilidade e Logística, Saúde, Turismo, Indústrias Culturais e Criativas e o Habitat. As Agendas/Alianças Verdes deverão apostar em áreas genuinamente estratégicas e fundamentais para Portugal, tais como a Energia, o Agroalimentar, sem esquecer a Floresta, a Economia do Mar ou mesmo a Água e Ambiente.

A criação desta iniciativa visa alcançar um conjunto de objetivos fundamentais e que norteiam a criação da Componente C5 do PRR (Capitalização e Inovação Empresarial), sendo de destacar os seguintes: (i) Um volume de exportações equivalente a 50% do PIB até 2027 e a 53% do PIB até 2030; (ii) O aumento do investimento em I&D, garantindo atingir 3% do PIB até 2030, com 1,25% de despesa pública e 1,75% privada; (iii) A redução das emissões de CO2 em 55% até 2030, em linha quer com uma trajetória que permita a neutralidade carbónica em 2050, de acordo com o Plano Nacional Energia e Clima 2021- 2030 (PNEC 2030), e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica.



01. Pactos de Inovação

Valor de investimento indicativo mínimo de 50 milhões de euros;
Envolver um consórcio que integre, preferencialmente, um mínimo de 10 entidades, abrangendo obrigatoriamente a participação de empresas e de Entidades não Empresariais do Sistema de I&I, incluindo, regra geral, pelo menos, uma Não PME;
Estar concluídos e com resultados concretizados até 31 de dezembro de 2025.



02. Projetos Mobilizadores de agendas de inovação

Valor de investimento indicativo superior a 20 milhões de euros;
Ter uma duração máxima de 36 meses;
Estar concluídos e com resultados concretizados até 31 de dezembro de 2025.

O processo de seleção compreende 3 fases. Uma primeira fase dedicada ao concurso de ideias para proporcionar um processo aberto e competitivo de auscultação, em que poderão participar empresas, entidades do sistema científico e tecnológico, laboratórios colaborativos, agências públicas, entre outros, com a forte ambição de contribuírem para a identificação das reais oportunidades de investimento e capacidades de execução, culminando na criação de verdadeiros “Pactos de Inovação” ou dos denominados “Projetos Mobilizadores”, de acordo com as características que se descrevem abaixo.

As propostas aprovadas, após esta fase 1, terão Avisos-convites para apresentação dos projetos finais às agendas pré-qualificadas, no último trimestre do ano (fase 2) e, por fim, a contratualização dos investimentos com vista à execução dos projetos selecionados, a suceder no início de 2022 (fase 3).

A elaboração do processo de candidatura deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- Garantir a identificação dos proponentes do consórcio a constituir e da estrutura de governança da agenda mobilizadora para o setor selecionado;
- Apresentação do plano de atividades detalhado, sendo de destacar a necessidade de incluir projetos empresariais (contemplando os objetivos de resiliência, transição digital e transição verde), de capacitação dos recursos humanos e de capacitação científica e tecnológica;
- Incluir um detalhado cronograma de implementação das atividades da agenda, contemplando ainda um orçamento da operação a candidatar, sem esquecer o detalhe dos recursos a envolver;
- Definição das metas a alcançar e o respetivo contributo para que Portugal consiga atingir as metas estratégicas definidas para o período 2026-2030 ao nível de exportações de bens e serviços, investimento em I&D e redução das emissões de CO2;
- Incluir uma avaliação económico-financeira dos projetos e dos proponentes, de acordo com critérios a definir no referido aviso.

Agendas Mobilizadoras

Áreas Temáticas

Tecnologias transversais e suas aplicações

Indústrias e tecnologias de produção

Espaço, Mobilidade e Logística

Saúde, Bem Estar e Território

Recursos naturais e ambiente

Tipologias

Projetos I&D e Inovação (TRL mais elevado)

Projetos de investimento produtivo

Projetos Qualificação e internacionalização

Projetos de capacitação de RH

Projetos de divulgação e promoção

ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030

A Estratégia Portugal 2030 tem como visão recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial.

A Estratégia Portugal 2030, aprovada na reunião do Conselho de Ministros de 29 de outubro de 2020, consubstancia a visão do governo para a próxima década e é o referencial para os vários instrumentos de política, como sejam o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo quadro comunitário de apoio 2021-27, denominado por "Portugal 2030".

A Estratégia Portugal 2030 é a base estratégica para o desenho dos instrumentos de apoio financiados pelos fundos europeus

A Estratégia Portugal 2030 é a linha orientadora das políticas públicas no horizonte 2030. Esta estratégia, estrutura-se em torno de 4 Agendas Temáticas:

Agenda 1 - As pessoas primeiro:

um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; Colocar as pessoas no centro das preocupações e promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, respondendo ainda aos desafios da transição demográfica e do envelhecimento.

Agenda 2- Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;

Enfrentar os bloqueios das qualificações e da competitividade e transformação estrutural do tecido produtivo, respondendo aos novos desafios tecnológicos e societários associados à transição digital e à indústria 4.0, às novas dinâmicas de crescimento setorial pós-COVID, à necessidade de contribuir para a autonomização e resiliência geoestratégica da União Europeia e garantir a capacitação e modernização do Estado.

Agenda 3 - Transição climática e sustentabilidade dos recursos;

Promover a transição climática e na sustentabilidade e uso eficiente de recursos, promovendo a economia circular e respondendo ao desafio da transição energética e à resiliência do território.

Agenda 4 - Um país competitivo externamente e coeso internamente;

Dinamizar a coesão territorial, visando promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto do território nacional e contribuir para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões, em particular das regiões mais desfavorecidas, num contexto de promoção de transições ecológicas e digitais com forte incidência territorial e de superação dos impactos da pandemia e da crise económica nos territórios mais afetados.

Agendas da Estratégia Portugal 2030

Agenda 1	Agenda 2	Agenda 3	Agenda 4
As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Digitalização, Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento	Transição climática e sustentabilidade dos recursos	Um país competitivo externamente e coeso internamente
1.1 Sustentabilidade demográfica 1.2 Promoção da inclusão e luta contra a exclusão 1.3 Resiliência do sistema de saúde 1.4 Combate às desigualdades e à discriminação	2.1 Promoção da sociedade do conhecimento 2.2 Inovação empresarial 2.3 Qualificação dos recursos humanos 2.4 Qualificação das instituições	3.1 Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética 3.2 Tornar a economia circular 3.3 Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais 3.4 Agricultura e florestas sustentáveis 3.5 Economia do mar sustentável	4.1 Competitividade das redes urbanas 4.2 Competitividade e coesão na baixa densidade 4.3 Projeção da faixa atlântica 4.4 Inserção territorial mercado ibérico

Para as empresas, serão as agendas 2 e 3 que irão enquadrar do ponto de vista estratégico os futuros apoios no âmbito do Portugal 2030 e cujas linhas de força são I&D e Inovação; Digitalização (Agenda 2) e Transição Climática (Agenda 3), como se esquematiza acima.

A agenda 2 está estruturada em 4 domínios estratégicos, sendo relevante para as empresas, os domínios 2.1 Promoção da sociedade do conhecimento e o domínio 2.2. Inovação empresarial. A agenda 3 está estruturada em 5 domínios estratégicos, sendo relevante para as empresas, o domínio 3.1 Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética.

Na linha de força I&D e Inovação prevê-se que poderá proporcionar um conjunto de apoios a projetos muito similar ao existente no PT 2020, prevendo-se que as tipologias Projetos de I&D em copromoção (empresas e entidades não empresariais do sistema I&I), projetos demonstradores e I&D colaborativo, entre outras.

Na linha de força Digitalização prevê-se que poderá proporcionar um conjunto de apoios a projetos transformação digital, privilegiando a digitalização e a inovação no referencial da indústria 4.0.

Na linha de força Transição Climática (Descarbonização) prevê-se que poderá proporcionar um conjunto de apoios a projetos de redução da intensidade carbónica da indústria, e do desenvolvimento de soluções inovadoras que contribuam para este objetivo.

Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

Promoção da sociedade do conhecimento

[Reforçar a Transferência de Conhecimento às empresas]

Neste domínio um dos principais eixos de intervenção privilegia uma lógica de interação entre todos os atores do Sistema de I&I (ensino superior, laboratórios do Estado, centros de I&D públicos e entidades de interface), e as empresas, sensibilizando o tecido empresarial para a importância da digitalização e da inovação e garantindo uma maior aproximação aos centros de conhecimento da envolvente empresarial, para potenciar a valorização económica dos resultados de I&DT.

Prisivelmente serão disponibilizados apoios para a propriedade intelectual e industrial para incrementar o nível de transformação de resultados em projetos empresariais; reforçar a cooperação e transferência de conhecimento e tecnologia entre as entidades não empresariais do Sistema de I&I e o tecido produtivo e reforçar a cooperação interempresarial e a dinamização de projetos de I&DT entre empresas, sobretudo entre PME e não PME, potenciando o efeito multiplicador da inovação e do conhecimento.

A Agenda de Inovação para a Agricultura 20-30 é explicitamente referida como um contributo importante para reforçar e consolidar o ecossistema de inovação no setor agroalimentar, através das diversas infraestruturas de investigação aplicada, da formação de recursos humanos, da capacitação das instituições, da conservação e valorização dos recursos genéticos endógenos, dos laboratórios especializados e de instalações-piloto e de demonstração, de centros de interface e de entidades empresariais do setor agroalimentar e florestal, mobilizando os recursos públicos e promovendo a cocriação de conhecimento e as parcerias para a inovação e para a competitividade e sustentabilidade do setor agroalimentar.

Digitalização e inovação empresarial

As intervenções neste domínio estratégico têm por objetivo incentivar a digitalização, inovação e o investimento empresarial, sobretudo de natureza qualificada e estruturante, e apostar no aumento das qualificações do capital humano, incluindo na gestão das empresas, como forma de promover a mudança do perfil de especialização produtiva para atividades intensivas em conhecimento e com mais valor acrescentado, sobretudo em setores expostos à concorrência internacional.

Esta mudança do perfil de especialização da economia nacional, estará alicerçada no desenvolvimento de setores emergentes e setores com maiores níveis de intensidade de tecnologia e conhecimento, que são tipicamente mais produtivos. No entanto, será também promovida a modernização e resiliência dos setores mais tradicionais, de baixa e média/baixa intensidade tecnológica, dotando-os de condições para ascenderem na cadeia de valor em convergência com os termos de transição para um modelo de economia circular e do cumprimento das metas de descarbonização e de transição energética.

Esta prioridade é transversal a todos os setores produtivos e deverá estar focada principalmente nas micro, pequenas e médias empresas, da agricultura à indústria e desta aos serviços, com particular foco nos serviços transacionáveis, e conjuga a qualificação do tecido existente com a sua transformação estrutural por via da atração de novo investimento estruturante e da dinamização do empreendedorismo.

A digitalização apresenta-se como um driver de transformação de natureza transversal, impondo-se estratégias que respondam aos novos desafios, incorporando-os quer nos seus processos quer em novos produtos ou soluções a desenvolver pelas empresas. A adaptação dos sistemas produtivos e tecnológicos e dos modelos de negócios e de organização e de ligação aos clientes, bem como a inserção em cadeias de valor mais bem posicionadas para o aproveitamento das oportunidades da digitalização, constituirão outros objetivos relevantes a prosseguir no quadro da política de desenvolvimento empresarial.

É previsível que novas tipologias de apoios (não existentes no PT 2020) possam ser criadas para apoiar a transformação digital nas PME do setor agroalimentar, quer na incorporação de tecnologias de suporte aos processos produtivos (na perspetiva da indústria 4.0 e das Fábricas Digitais), quer nos processos de gestão e de comercialização na perspetiva de um comprometimento mais integrado com a economia digital no setor. As intervenções irão privilegiar as dinâmicas de eficiência coletiva e de clusterização, permitindo às empresas nacionais ultrapassar os obstáculos criados pela pequena dimensão e dessa forma assegurar respostas integradas no mercado global.

A internacionalização da economia portuguesa é também um objetivo neste domínio da inovação empresarial, dado que ao diversificar os seus mercados pode também promover a focalização em produtos com procuras mais dinâmicas e geradoras de valor compatíveis com as competências e vantagens instaladas no País. Serão privilegiados apoios para melhorar a atratividade de Portugal enquanto destino para o IDE e para o investimento empresarial dos vários setores em fatores de competitividade sofisticados centrados na capacidade de resposta rápida aos mercados com base na disponibilidade de novas tecnologias suportadas na digitalização (Indústria 4.0) e no desenvolvimento de novos produtos ou soluções para cadeias de valor.

Prevê-se também melhorar as condições de financiamento das PME, apostando na inovação dos instrumentos com foco no objetivo da capitalização das empresas pela via do reforço do capital próprio, adicionalmente ao que foi previsto no âmbito do PRR.

Principais Metas para a Agenda 2: Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

- Aumentar a despesa total em I&D para 3% do produto interno bruto (PIB) em 2030
- Alcançar um nível de liderança europeia de competências digitais até 2030
- Aumentar a formação ao longo da vida
- Reduzir % população sem o ensino secundário
- Aumentar as exportações de bens e serviços com enfoque na performance da balança tecnológica
- Aumentar a resiliência financeira e a digitalização das pequenas e médias empresas (PME)
- Aumentar investimento em capital de risco e captar investimento direto estrangeiro (IDE)

Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos

Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética

As intervenções neste domínio estratégico têm por objetivo promover uma importante redução de emissões para cumprir o compromisso assumido por Portugal de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para o Acordo de Paris.

O potencial de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) da indústria é significativo, nomeadamente através do aumento da eficiência energética dos processos de produção, ou de investimentos em fontes de energia renováveis, assim como em tecnologias de captura e sequestro de carbono. Como identificado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC) 2050, no setor industrial as principais emissões de GEE derivam do consumo de combustíveis fósseis e dos processos químicos envolvidos nas suas atividades.

O Plano Nacional Energia Clima (PNEC) 2030 estabelece metas setoriais de redução de emissões de gases com efeito de estufa, concretizando a visão do RNC. No contexto de descarbonização da indústria são salientadas medidas como a utilização de gás natural em regime de transição, seguida da eletrificação, captura e armazenamento de carbono, assim como a utilização de biomassa.

Estas adaptações não dispensam a inovação e criação de novos modelos de negócio na indústria, assim como o reforço de estratégias de economia circular, nomeadamente por meio de simbioses industriais.

É previsível que o PT 2030, no que respeita à descarbonização da indústria, seja privilegiado o apoio a intervenções que visem a redução da intensidade carbónica da indústria, através da incorporação de processos e tecnologias de baixo carbono. Também é expectável que se fomentem o desenvolvimento de soluções inovadoras que contribuam para este objetivo. É esperado que sejam disponibilizados apoios que promovam especificamente a eficiência energética na indústria.

Apesar do setor agroalimentar ser influenciado por diferentes tendências e dinâmicas, quer do mercado, quer da produção industrial, existe a possibilidade real de adaptar a sua lógica de produção e consumo de energia de forma diferente e, assim, contribuir para a descarbonização de diferentes formas.

O PT 2030 irá ter para as empresas talvez até um pouco mais do que tem o actual PT 2020. Prevê-se cerca de 6 mil M€

Principais Metas para Agenda 3 Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos

- Reduzir, até 2030, as emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE) em 45% a 55% e em 40% no setor dos transportes face a 2005
- Aumentar para 47% do peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia
- Reduzir em 35% o consumo de energia primária
- Reduzir para metade a área ardida, de modo a aumentar a capacidade de sequestro do carbono

Tendo em conta a prorrogação do PT 2020 e o que decorre da execução a realizar durante 2021 até 2023, irá ser necessário ter em consideração a estrutura operacional dos dois referenciais de financiamento, nomeadamente no que diz respeito aos Programas Operacionais Temáticos, Domínios e Tipologias de Investimento (ver tabelas seguintes).

A estruturação operacional dos fundos da política de coesão - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão (FC) e Fundo Social Europeu (FSE), consubstancia os 3 PO Temáticos no Continente, 5 PO Regionais no Continente, 2 PO nas Regiões Autónomas e 1 PO de Assistência Técnica.

Os 3 Programas Operacionais (PO) Temáticos no PT 2030

Demografia e inclusão;

dando cumprimento, principalmente, à agenda temática da Estratégia «As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade» e qualificações, da agenda temática da Estratégia «Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento», com exceção das qualificações no âmbito da atividade empresarial;

Inovação e transição digital;

dando cumprimento, principalmente, à agenda temática da Estratégia «Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento»;

Transição climática e sustentabilidade dos recursos;

dando cumprimento, principalmente, à agenda temática da Estratégia «Transição climática e sustentabilidade dos recursos».

	PT 2020	PT 2030	Agenda Temáticas PT 2030
Programas Operacionais Temáticos	Programa Operacional CAPITAL HUMANO (POCH)	Programa Operacional “Demografia e inclusão”	Agenda 1
	Programa Operacional INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO (POISE)		Agenda 2
	Programa Operacional COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO (COMPETE 2020)	Programa Operacional “Inovação e transição digital”	Agenda 2
	Programa Operacional SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS (POSEUR)	Programa Operacional “Transição climática e sustentabilidade dos recursos”	Agenda 3



Jul Ago Set Out Nov Dez

Negociações entre Comissão Europeia e Estados Membros

Lançamento dos primeiros concursos Portugal 2030

PT 2020

Domínio Temático

Domínio da Competitividade e Internacionalização

Tipologias de Investimento (compromissão ou Individual)

Inovação empresarial e empreendedorismo

Inovação produtiva NPME
Empreendedorismo qualificado e criativo
Inovação produtiva PME

Qualificação e internacionalização das PME

Internacionalização das PME
Qualificação das PME

Investigação e desenvolvimento tecnológico

Projetos I&D empresas
Projetos demonstradores
Programas mobilizadores
Núcleos de I&D
Proteção da propriedade intelectual e industrial
Internacionalização I&D
Vale I&D
Projetos de interesse especial de I&D
Projetos de interesse estratégico de I&D

* previsão

PT 2030

Domínios Temáticos

Agenda 2

(DT 2.1) Promoção da sociedade do conhecimento

(DT 2.2) Digitalização e inovação empresarial

(DT 2.3) Qualificação dos recursos humanos

Agenda 3

(DT 3.1) Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética (descarbonização da indústria)

Tipologias de Investimento*

(Eixos de intervenção na Estratégia PT 2030)
(Preferencialmente compromisso ou Individual)

Incentivar a digitalização, inovação e o investimento empresarial, sobretudo de natureza qualificada e estruturante, e apostar no aumento das qualificações do capital humano, incluindo na gestão das empresas (DT 2.2 e DT 2.3)

Empreendedorismo qualificado e criativo

Digitalização e Inovação e Empresarial

Transformação Digital

Criação de novas realidades empresariais ligadas a posicionamentos mais qualificados em cadeias de valor internacionais e ao acesso a competências dispersas numa lógica de colaboração em rede (DT 2.2)

Internacionalização das PME

Qualificação das PME

Reforçar a capacidade de transferência de conhecimento das entidades não empresariais do Sistema de I&I, promovendo a sua ligação mais estreita com o tecido económico; (DT 2.1)

Projetos I&D empresas

Projetos demonstradores

Programas mobilizadores ou outra nova tipologia tendo em conta as agendas mobilizadoras do PRR

Projetos de interesse estratégico de I&D

As intervenções envolvem a redução da intensidade carbónica da indústria, através da incorporação de processos e tecnologias de baixo carbono, e o fomento do desenvolvimento de soluções inovadoras que contribuam para este objetivo, (DT 3.1)

(novas tipologias)

Descarbonizar a indústria

HORIZONTE EUROPA 2021-2027

O programa europeu “Horizonte Europa”, conta com um orçamento de 95,5 mil milhões de euros para atividades de investigação e inovação no período 2021-2027 em toda a Europa. Trata-se do 9º Programa-Quadro Europeu de Investigação e Inovação, sucedendo ao programa “Horizonte 2020” (2014-2020), e será o maior e mais ambicioso realizado na Europa.

O seu lançamento pela Presidência Portuguesa do Conselho da UE, em fevereiro de 2021, foi promovido juntamente com um processo de mobilização de toda a Europa para a sua articulação com fundos estruturais e, sobretudo, com os programas nacionais de recuperação e resiliência de cada Estado-Membro, em preparação no âmbito do programa “Next Generation EU, 2021-26”.

Pretende-se que a União Europeia venha a liderar a dupla transição verde e digital, em associação com uma recuperação resiliente, através de um Espaço Europeu da Investigação (European Research Area, ERA) renovado, através do aumento efetivo do investimento público e privado em I&D, designadamente no contexto da recente reafirmação pela Comissão Europeia da meta de 3% do investimento público e privado em I&D em termos do produto interno bruto, até 2030.

Horizonte Europa: 3 pilares

Ciência de Excelência

O primeiro pilar do Horizonte Europa reforça a liderança científica da UE, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos e competências de elevada qualidade. Apoiar projetos de investigação de fronteira através do Conselho Europeu de Investigação (ERC) e

estimula o investimento em infraestruturas de investigação. As ações Marie Skłodowska-Curie financiam atividades de mobilidade, formação e progressão na carreira dos investigadores.

Desafios globais e competitividade industrial

O segundo pilar apoia a investigação e a inovação que lidam com os desafios sociais e tecnológicas industriais em domínios como a saúde, o meio digital, o clima, a energia, a mobilidade, a segurança civil, a alimentação e os recursos naturais. Existem planos para criar missões de investigação e inovação, tais como cidades com impacto neutro no clima e cidades inteligentes. É neste pilar que se prevê a criação de parcerias relacionadas com o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050. Será também neste pilar que serão apoiados os projetos colaborativos entre empresas e entidades de I&D. Este pilar inclui igualmente as atividades desenvolvidas pelo Centro Comum de Investigação (JRC).

Europa inovadora

O terceiro pilar do Horizonte Europa centra-se na promoção de todas as formas de inovação e, em particular, da inovação radical e disruptiva, através do Conselho Europeu da Inovação (CEI). O CEI oferece um balcão único para inovadores que tenham elevado potencial para criar mercados no futuro. Será estimulada a criação de carreiras profissionais, ligadas à investigação, nos setores público e privado, tornando-as mais inclusivas, nomeadamente para mulheres e minorias; pretende-se ainda fomentar ecossistemas de investigação e recrutamento, de modo a formar e reter talentos na Europa. Será neste pilar que as empresas ou startups que perseguem a inovação disruptiva poderão encontrar vários referências de financiamento.

ORÇAMENTO DO HORIZONTE EUROPA

Estrutura do programa Horizonte Europa

(3 principais pilares)

Total
em milhões
de EUR



CIÊNCIA DE EXCELÊNCIA

25 011

Conselho Europeu de Investigação (CEI)	16 004
Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA)	6 602
Infraestruturas de Investigação	2 406

Total
em milhões
de EUR



DESAFIOS GLOBAIS E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL EUROPEIA

53 516

6 clusters

Saúde	8 246
Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva	2 280
Segurança Civil para a Sociedade	1 596
O Digital, a Indústria e o Espaço	15 349
Clima, Energia e Mobilidade	15 123
Alimentos, Bioeconomia, Rec. Naturais, Agric. e Ambiente	8 952
Ações diretas não nucleares do JRC	1 970

Missões em temas transversais; Parcerias com a Indústria

Total
em milhões
de EUR



EUROPA INOVADORA

13 597

Conselho Europeu de Inovação (CEI)	10 105
Ecosistemas Europeus de Inovação	527
Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)	2 965

O segundo Pilar inclui seis clusters com áreas de intervenção própria e calls de financiamento específicas, mais as ações diretas não nucleares do Centro Comum de Investigação (JRC - Joint Research Centre). O orçamento deste segundo pilar será dividido em seis clusters, sendo o Cluster 6 mais relacionado com o setor agroalimentar (Cluster 6: "Alimentos, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Meio Ambiente").



O que há de novo face ao H2020

Conselho Europeu de Inovação

Para apoiar a inovação revolucionária. Levar as ideias mais promissoras do laboratório para a aplicação no mundo real e apoiar as start-ups e empresas mais inovadoras para ampliar as suas ideias. Fornecerá suporte direto aos inovadores por meio de dois principais instrumentos de financiamento, um para estágios iniciais e outro para desenvolvimento e implantação no mercado.

Missões de I&I em toda a UE

Criar mais impacto através da orientação para missões e da participação dos cidadãos. Objetivos ambiciosos e ousados para enfrentar questões que afetam nossas vidas. Os exemplos podem variar desde a luta contra o cancro, transporte limpo ou oceanos sem plástico.

A Ciência aberta

Será o modo de operar do Horizonte Europa. Irá além da política de acesso aberto do Horizonte 2020 e exigirá acesso aberto a publicações, dados e planos de gestão de dados de investigação.

Uma nova geração de parcerias europeias

O Horizonte Europa simplificará o número de parcerias que a UE co-programa ou cofinancia com parceiros como indústria, sociedade civil e fundações de financiamento.

Regras mais simples

Orientadas para a segurança jurídica e para a redução dos encargos administrativos para os beneficiários e administradores do programa.

Alterações relevantes no Pilar 2

A principal diferença aqui são as chamadas Missões que são semelhantes aos projetos emblemáticos do H2020 FET (Future and Emerging Technologies), mas com desafios definidos com o objetivo de impactar de forma ousada a sociedade e a formulação de políticas para uma parte significativa da Europa.

As missões da UE são compromissos para resolver alguns dos maiores desafios que o nosso mundo enfrenta, como a luta contra o cancro, a adaptação às alterações climáticas, a protecção dos nossos oceanos, a vida em cidades mais verdes e a garantia da saúde e da alimentação do solo. São parte integrante do programa-quadro Horizon Europe com início em 2021. Cada missão funcionará como um portfólio de ações – como projetos de investigação, medidas políticas ou mesmo iniciativas legislativas – para atingir uma meta mensurável que não poderia ser alcançada por meio de ações individuais.

Foram para já definidos cinco domínios de missão ou 5 missões:

- Encontrar uma cura para o cancro.
- O combate às alterações climáticas.
- O desenvolvimento das cidades do futuro.
- Assegurar a saúde do solo e dos alimentos.
- Proteger os oceanos.

10% do orçamento anual para 'Desafios Globais e Competitividade Industrial Europeia' é atribuído ao cumprimento destas missões, embora não seja ainda especificado como as missões estão relacionadas com os pedidos de financiamento.

Relevante para as empresas do setor Agroalimentar (Cluster 6 do Pilar 2)

Já foi disponibilizado o programa de trabalho da Horizon Europe for Food, Bioeconomy, Natural Resources, Agriculture and Environment para 2021-2022. Com base neste programa, serão definidas as calls para as candidaturas de projetos. O Pacto Ecológico Europeu (EU Green Deal) está fortemente representado neste programa de trabalho. Dentro deste cluster, há 7 destinos (destination), nos quais as calls para as candidaturas de projetos se irão enquadrar:

1. Biodiversidade e serviços para os ecossistemas

Este destino contribui para a Estratégia de Biodiversidade 2030 do Pacto Ecológico Europeu, um ambicioso plano de longo prazo para proteger a natureza e reverter a degradação dos ecossistemas. A UE investirá em I&I para objetivos políticos, soluções baseadas na natureza e abordagens holísticas para abordar as principais causas da perda de biodiversidade, especialmente em relação aos sistemas de produção, e melhorar a gestão baseada nos ecossistemas. Essas atividades de I&I ajudarão a proteger e restaurar a integridade dos ecossistemas terrestres, aquáticos e marinhos, atualmente sob múltiplas pressões, e reforçarão também a capacidade para fornecer serviços inovadores essenciais para esses ecossistemas.

2. Sistemas alimentares justos, saudáveis e ecológicos

Este destino está fortemente relacionado com a estratégia Farm to Fork do Pacto Ecológico Europeu, que apoia a transição para um sistema alimentar sustentável. A UE financiará atividades de I&I que promovam o conhecimento, desenvolvam capacidades e forneçam diversas soluções sistêmicas inovadoras, tanto tecnológicas como não tecnológicas, para acelerar o progresso no sentido dos objetivos definidos em Farm to Fork. As calls neste destino irão concentrar-se nas práticas agrícolas sustentáveis, pesca e aquicultura sustentáveis, transformando-se em alimentos mais seguros, saudáveis, acessíveis e baratos com a cooperação internacional.

3. Setores de economia circular e bioeconomia

Aqui a economia circular e a bioeconomia têm um forte enfoque local e regional.

Este destino concentra-se em soluções circulares ao nível territorial e setorial, para os fluxos de materiais e cadeias de valor de produtos, bem como os principais setores da bioeconomia, como sistemas de base biológica sustentáveis, silvicultura sustentável, soluções biológicas rurais de pequena escala e cadeias de valor. As ações de I&I devem apoiar a transição de não renováveis para resíduos e biomassa como matérias-primas, produção sustentável e neutra de GEE.

4. Ambiente limpo e poluição zero

Para as calls em 2021 e 2022, este destino terá um forte foco nas águas doces e marinhas da UE, particularmente no que diz respeito a nutrientes, solo e poluição do ar, apoiando a ambição de poluição zero do Pacto Ecológico Europeu. As ações de I&I devem ter como objetivo preservar e restaurar a qualidade da água doce, reduzindo a poluição dos oceanos e restaurando oceanos limpos, reduzindo os fluxos excessivos de azoto e fósforo e fomentando a poluição zero.

5. Terra, oceanos e água para ação climática

Este destino tem como foco a adaptação e mitigação das mudanças climáticas. As ações de I&I devem melhorar a compreensão dos impactos das mudanças climáticas, reduzir as emissões de GEE das práticas agrícolas, mobilizar sorvedouros de carbono e aumentar a capacidade da agricultura e dos ecossistemas (marinhos) de se adaptarem às mudanças climáticas.

6. Comunidades rurais, costeiras e urbanas resilientes, inclusivas, saudáveis e verdes

Este destino tem um forte enfoque nos aspetos sociais e comportamentais. O objetivo da I&I é compreender o impacto das mudanças climáticas, ambientais e socioeconómicas nas comunidades, criar oportunidades iguais para todos e facilitar a transição para estilos de vida inteligentes, ecologicamente corretos e resilientes.

7. Governança inovadora, observações ambientais e soluções digitais no Green Deal

Para assumir de forma massiva o Pacto Ecológico Europeu, são necessários conhecimento e soluções inovadoras para apoiar a formulação e desenho de políticas mais suportadas na ciência. O objetivo deste destino é melhorar a tomada de decisão e obter modelos de governança à medida, desenvolvendo soluções digitais e baseadas em dados para implementar e avaliar políticas.

Alterações relevantes no Pilar 3

O Conselho Europeu de Inovação, (European Innovation Council - EIC), visa identificar e apoiar tecnologias e inovações revolucionárias para criar novos mercados e expandir internacionalmente.

O EIC é uma novidade importante do Horizon Europe e representa a iniciativa de inovação mais ambiciosa que a Europa já tomou, com um orçamento de 10 mil M€ para o período 2021-2027 e oportunidades de financiamento no valor de mais de 1,5 mil M€ apenas para 2021.

O foco está assumidamente no estímulo e no apoio a inovações disruptoras e criadoras de mercado.

As três componentes principais são:

- O Conselho Europeu de Inovação (EIC), que apoia inovações revolucionárias, com bolsas 'Pathfinder' (para tecnologia inicial) ou financiamento 'Accelerator' (para trabalhos pré-comerciais).
- Os Ecossistemas de Inovação Europeus (EIE), que se concentram no desenvolvimento de redes de interações entre inovadores.
- O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), que reunirá os principais intervenientes na investigação, educação e empresas em torno de um objetivo comum.

As oportunidades de financiamento no âmbito do EIC

EIC Pathfinder Apoio para a investigação para pesquisar ou desenvolver uma tecnologia inovadora emergente	EIC Transition Apoio para amadurecer uma nova tecnologia e desenvolver um business case para trazê-la para o mercado	EIC Accelerator Financiamento e investimentos para start-ups individuais e pequenas empresas para desenvolver e expandir inovações disruptoras
Business Acceleration Services Todos os projetos e empresas apoiados pela EIC têm acesso a coaching, mentoria, parcerias e outros serviços de aceleração de negócios da EIC	European Innovation Ecosystems Apoios específicos para permitir que os atores do ecossistema de inovação trabalhem juntos em toda a Europa	EIC Prizes Prémio EIC que recompensa os principais inovadores da Europa

O Portal do European Innovation Council permite obter mais informação:
https://eic.ec.europa.eu/index_en

Os programas de trabalho anunciam as áreas específicas de pesquisa e inovação que serão financiadas. Os próximos convites à apresentação de propostas estarão acessíveis através do portal único de financiamento e propostas. <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/home>

Quando publicado, cada convite fornece informações mais precisas sobre as questões de investigação e inovação que os candidatos a financiamento devem abordar nas suas propostas.

As primeiras calls serão lançadas ainda em 2021 e apresenta-se um resumo das 3 oportunidades de financiamento que poderão ser equacionadas pelas empresas:

	Quem se pode candidatar	Tipologia	Calls em 2021
EIC Pathfinder	<p>Consórcios de pelo menos 3 entidades diferentes (por exemplo, entidades de investigação, universidades, PMEs, indústria) estabelecidos em pelo menos 3 países elegíveis diferentes.</p> <p>Candidatos únicos ou pequenos consórcios (2 parceiros) podem candidatar-se no Pathfinder Challenges de acordo com as especificações da call.</p>	Subvenções de até 3M € (aberto) ou 4M € (orientado para o desafio) (ou mais se devidamente justificado) para obter a prova de princípio e validar a base científica da tecnologia de ponta (TRL 1-4)	Sim
EIC Transition	Candidatos únicos (PME, spin-offs, start-ups, organizações de investigação, universidades) ou pequenos consórcios (2 a 5 parceiros). As candidaturas devem basear-se nos resultados de projetos elegíveis de Prova de Conceito do Pathfinder, FET (Future and Emerging Technologies) ou ERC	Subvenções de até 2,5 M € (ou mais, se devidamente justificado) para validar e demonstrar a tecnologia em ambiente de aplicação relevante (TRL 4 a 5/6) e desenvolver a prontidão para o mercado	Sim
EIC Accelerator	Start-ups e PMEs individuais (incluindo spin-outs), indivíduos (com a intenção de lançar uma start-up / SME) e, em casos excepcionais, pequenas mid-caps (menos de 500 funcionários)	Financiamento combinado: componente de subvenção de até 2,5 M € para desenvolvimento e validação de tecnologia (TRL 5/6 a 8); Componente de investimento de 0,5 a 15 M € para aumento de escala e outras atividades (apenas para PME e smart-ups). Subvenção poderá ser concedida ou condicionalmente.	Sim

InvestEU

O Programa InvestEU assenta no modelo de sucesso do Plano de Investimento para a Europa, o Plano Juncker, que mobilizou mais de 500 mil milhões de euros no período 2015–20. O InvestEU reunirá, sob o mesmo teto, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e 13 outros instrumentos financeiros da UE. Com o objetivo de desencadear uma nova vaga de investimentos com garantia do orçamento da UE, o Programa InvestEU visa dar um impulso adicional ao investimento, à inovação e à criação de emprego na Europa durante o período de 2021–27.

O Fundo InvestEU visa mobilizar mais de 372 mil milhões de euros de investimento público e privado através de uma garantia do orçamento da UE de 26,2 mil milhões de euros que apoia o investimento de parceiros de implementação, como o Banco Europeu de Investimento (BEI) e outras instituições financeiras.

Esta é mais uma oportunidade de financiamento que deve ser explorada pelas empresas do setor agroalimentar, dado que este programa apoia projetos financiáveis pela banca ou outras entidades financeiras, nos domínios das infraestruturas sustentáveis, da investigação, inovação e digitalização, do investimento social e obtenção de competências, mas também outros apoios às PME.

O Governo português irá provavelmente aplicar uma percentagem dos envelopes do Portugal 2030 ou do PRR no chamado “compartimento nacional” que o InvestEU reservou para cada Estado-membro e multiplicar esses subsídios em novos instrumentos de apoio às empresas. Se o país quiser tirar o máximo partido deste programa europeu, pode transferir até 5% dos fundos do Portugal 2030 e até 4% do valor global do PRR para o InvestEU, criando desta forma um compartimento nacional nesse instrumento.

Consulte mais informação em:
https://europa.eu/investeu/about-investeu_en

O que pode financiar

Infraestrutura sustentável

Projetos de energia sustentável, conectividade digital, transporte, economia circular, água, resíduos, outras infraestruturas ambientais, entre outras.

Investigação, inovação e digitalização

Projetos de investigação e inovação, levando resultados do laboratório ao mercado, digitalização da indústria, expansão de empresas inovadoras de maior porte, inteligência artificial, entre outras.

Pequenas e médias empresas

Facilitar o acesso ao financiamento para pequenas e médias empresas (PMEs), e mid-caps (que empregam menos de 500 pessoas). Isso inclui apoio de capital para PME que foram afetadas pela crise da Covid-19.

Investimento social e capacitação (skills)

Projetos em capacitação, educação, formação, habitação social, escolas, universidades, hospitais, inovação social, saúde, cuidados de longa duração e acessibilidade, microfinanciamento empreendimentos sociais, integração de migrantes, refugiados e pessoas vulneráveis, entre outras.

Todas estas janelas políticas podem incluir investimentos estratégicos, incluindo projetos importantes de interesse comum europeu para apoiar os destinatários finais cujas atividades são de importância estratégica para a UE, em particular, tendo em conta as transições ecológicas e digitais, o reforço da resiliência e o reforço das cadeias de valor estratégicas.



AÇÃO PARA 2030

I&D E ROADMAP TECNOLÓGICO

Investigação e inovação europeia relacionada com o setor agroalimentar

A transição para sistemas alimentares sustentáveis, que é o foco do Pacto Ecológico da UE e dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, envolve todos os intervenientes do Farm to Fork, incluindo os que atuam na transformação ou processamento de alimentos que são constituídos pela maioria de empresas do setor agroalimentar.

A transformação de alimentos persegue um conjunto variado de objetivos, que podem ir desde a alteração do sabor, à textura, ao aroma, à cor ou à forma, ou aumentar a comodidade reduzindo os tempos de preparação e tornando os alimentos portáteis. Pode ainda prolongar a vida útil dos alimentos e garantir a segurança alimentar (por exemplo, destruição de microorganismos patogénicos de origem alimentar ou toxinas naturais). Oferece também estratégias para ajustar os níveis de nutrientes específicos nos alimentos (por exemplo, por meio de fortificação), para aumentar a biodisponibilidade de nutrientes (por exemplo, através do encapsulamento) ou para adicionar funcionalidades aprimoradas (por exemplo, para uma saúde melhor). Os avanços na ciência e tecnologia alimentar visam maximizar esses benefícios, ao mesmo tempo em que minimizam os possíveis efeitos desfavoráveis na qualidade e segurança dos alimentos e na saúde nutricional.

Todas estas empresas estão e vão ser cada vez mais convidadas a aumentar radicalmente a sustentabilidade ambiental, social e económica relacionada com a alimentação. As empresas terão de melhorar significativamente a eficiência dos recursos, aumentar a transparência, fornecer produtos mais saudáveis e melhorar a confiança do consumidor num contexto de mudança

climática, digitalização e aumento da população. Embora a redução do desperdício de água, energia e alimentos já sejam objetivos atuais, para as empresas de processamento de alimentos vai ser necessário fazer mais.

A iniciativa europeia I&I Food 2030, com as suas 4 prioridades, oferece um referencial de orientação para as necessidades futuras na investigação e inovação e financiamento do setor, para contribuir para um sistema alimentar europeu sustentável

1. Nutrição, saúde e segurança alimentar;

- Maior percepção de como os alimentos e o processamento de alimentos afetam a saúde.
- Estratégias para melhorar a entrega, digestibilidade e biodisponibilidade de elementos alimentares (por exemplo, compostos bioativos) e para reduzir as doenças não transmissíveis relacionadas com a alimentação.
- Novas abordagens para adaptar o suprimento de alimentos às necessidades de grupos vulneráveis específicos (por exemplo, a pessoa idosa devido ao envelhecimento da população).
- Melhorias na avaliação da segurança alimentar para aumentar a capacidade de resposta às crises.

2. Sustentabilidade climática e ambiental;

- Otimizar a integração em processos, produtos e dietas de novas fontes alimentares mais sustentáveis (por exemplo, proteínas alternativas) que contribuem para a redução das emissões de GEE.
- Melhor captura e gestão de dados relacionados com a sustentabilidade no processamento de alimentos.

3. Circularidade e eficiência de recursos;

- Abordagens para o processamento mínimo, incluindo novas tecnologias não térmicas (por exemplo, campos elétricos pulsados, alta pressão) para reduzir o uso de energia e água no processamento, e novas embalagens ativas e inteligentes para prevenir ou reduzir o desperdício de alimentos.
- Estratégias de reaproveitamento e valorização do desperdício alimentar.

4. Inovação e fortalecimento de comunidades.

- Novas abordagens para envolver os consumidores na modelação dos seus alimentos para aumentar a confiança.
- Estratégias para aumentar a capacidade das PME da indústria alimentar para participarem na inovação e digitalização dos sistemas alimentares.
- Novos modelos de produção e distribuição de alimentos.



Histórico no H2020

A participação das empresas portuguesas, nos 7 anos do H2020, contou com um total de 522 empresas, das quais 316 PME, que captaram cerca de 27% do financiamento europeu durante este período (2014-2020). De destacar o papel das PME, cuja participação reteve 62% do orçamento total obtido pelo setor privado, sendo o top 10 das áreas com maior participação: TIC, Energia, Bioeconomia, Marie Curie, NMP+B (tecnologias industriais), Transportes, Ação Climática, Segurança, Saúde e Espaço. De acordo com os dados disponibilizados pela ANI, a taxa de sucesso dos projetos nacionais é cerca de 14,3%, superior à média da União Europeia de 12,9%.

Esta é uma oportunidade de financiamento que deve continuar a ser considerada pelas empresas do setor agroalimentar para projetos estruturantes de I&D que permitam não só apoiar a transição digital e energética nas próprias empresas, mas sobretudo para estabelecer parcerias com outras entidades europeias para identificar e fornecer soluções inovadoras, fornecendo benefícios para a nutrição, a qualidade dos alimentos, o clima, a circularidade e as comunidades de consumidores,

contribuindo assim para sistemas alimentares seguros e sustentáveis.

De acordo com o relatório Food 2030 Pathways for Action, que incluiu uma análise dos 586 projetos do Horizonte 2020 relacionados com a alimentação, constata-se que foram financiados no âmbito do Horizonte 2020 um conjunto significativo de projetos nesta área, diretamente ligada ao setor agroalimentar, representando um investimento de cerca de 2,5 mil M€.

A lista da página seguinte apresenta exemplos de projetos do Horizonte 2020 que disponibilizam conhecimento, novas percepções e soluções, que seguem os objetivos da iniciativa Food 2030, e que são relevantes para as empresas do setor.

Para as novas oportunidades de financiamento no Horizonte Europa, as empresas podem considerar não só as entidades participantes, como os resultados destes projetos, como base de partida para novas estratégias e ideias estruturantes de I&D que podem ser apresentadas ao Horizonte Europa.

Projetos do Horizonte 2020 que disponibilizam conhecimento, novas percepções e soluções, alinhados com a iniciativa Food 2030, e que são relevantes para as empresas do setor agroalimentar:

Projeto H2020	Detalhes
<p>SHARECITY Urban food systems transformation</p>	<p>2015–2021, 1.8 M€ (https://sharecity.ie) Usando uma abordagem colaborativa e transdisciplinar para avaliar a prática e o potencial de sustentabilidade das economias de partilha de alimentos com base na cidade.</p>
<p>FUTUREEUQUA Food from oceans and fresh water</p>	<p>2018–2022, 7.1 M€ (https://futureeuqua.eu) Permitir o crescimento sustentável da aquicultura na UE para responder aos desafios futuros da procura crescente dos consumidores por alimentos de alta qualidade, nutritivos e produzidos de forma responsável.</p>
<p>PROFUTURE Alternative proteins and dietary shift</p>	<p>2019–2023, EUR 9.4 million (https://pro-future.eu) Estimular a produção e o uso de ingredientes ricos em proteínas de microalgas em alimentos e rações.</p>
<p>DRYFICIENCY Food waste and resource efficiency</p>	<p>2016–2021, 7.1 M€ (http://dry-f.eu) Permitir que setores intensivos em energia (incluindo os da indústria alimentar) alcancem alta eficiência energética e uma redução das emissões de carbono fóssil por meio da recuperação de calor residual.</p>
<p>CIRCLES The microbiome world</p>	<p>2018–2023, 11.1 M€ (https://circlesproject.eu) Investigar como microbiomas naturais nas cadeias alimentares de espinafre, tomate, aves, suínos, salmão de viveiro e selvagem e dourada podem ser explorados para uma produção de alimentos mais sustentável, segura, produtiva e nutritiva.</p>
<p>PROTEIN Healthy, sustainable and personalised nutrition</p>	<p>2018–2022, 8.1 M€ (https://protein-h2020.eu) Criação de um sistema de TIC para fornecer nutrição personalizada com base na recolha e análise de grandes volumes de dados relacionados aos padrões de comportamento alimentar dos utilizadores, da atividade física e de outros parâmetros individuais.</p>
<p>DITECT Food safety systems of the future</p>	<p>2020–2023, 4.1 M€ (https://ditect.eu) Desenvolvimento de uma estrutura integrada para deteção, avaliação e mitigação em tempo real de contaminantes biológicos, químicos e ambientais em toda a cadeia de abastecimento alimentar.</p>
<p>FNS CLOUD Food systems and data</p>	<p>2019–2023, 10.9 M€ (https://www.fns-cloud.eu) Superar a fragmentação de dados através de uma combinação de dados da alimentação, da saúde e do comportamento do consumidor e dados da agricultura sustentável e bioeconomia.</p>

Roadmap Tecnológico para o setor agroalimentar português

O Roadmap Tecnológico para o setor agroalimentar português, apresentado pela PortugalFoods em abril de 2021, é um documento estratégico que pretende apoiar a tomada de decisão das empresas e do mercado agroalimentar. Construído com base num modelo de 4 camadas (Mercado, Produto, Tecnologia/Processo e Atividades de I&D),

o documento apresenta um conjunto de 5 percursos tecnológicos que relacionam, de forma acessível, as interdependências e ligações entre estas camadas, desde a fase de I&D até à fase de chegada de um determinado produto ao mercado.

Os 5 percursos que constituem o Roadmap Tecnológico para o setor agroalimentar português podem analisar-se no contexto das oportunidades de financiamento descritas anteriormente:

Roadmap tecnológico	Tipologia de Investimentos	Possíveis Calls
<p>Percurso 1 "Saúde e bem-estar" e "Alimentação personalizada"</p> <p>Procura crescente dos consumidores por alimentos que potenciem a sua saúde e bem-estar, ao mesmo tempo que se adequam às suas necessidades sociais e culturais específicas.</p> <p>I&D Desenvolvimento de alimentos que promovam a saúde e o bem-estar. Estudar a ligação entre a alimentação e a genética e genómica.</p> <p>Tecnologias/Processo Utilizar técnicas alternativas de extração, processos de fermentação, bem como de tecnologias e técnicas como a microencapsulação, a impressão 3D e a nutrigenética e a nutrigenómica.</p>	<p>I&D Máquinas e Equipamentos Transferencia de tecnologia</p>	<p>HorizonEU</p> <p>EIC Accelerator</p>
<p>Percurso 2 "Diets plant based e meat free"</p> <p>Necessidade de desenvolvimento de produtos alimentares baseados em proteínas alternativas (incluindo larvas, insetos e proteína vegetal) e de produtos alimentares baseados em proteínas cultivadas em laboratório.</p> <p>I&D Investigar a aplicação dos novas métodos de processamento alimentar (aquecimento óhmico, as altas pressões hidrostáticas e os campos elétricos pulsados), e no desenvolvimento de fontes alternativas de macronutrientes e no desenvolvimento de novas técnicas de produção de proteína animal in-vitro.</p> <p>Tecnologias/Processo Processos que permitam a exploração de proteínas alternativas e/ou a cultura in-vitro de células animais.</p>	<p>I&D Máquinas e Equipamentos Transferencia de tecnologia</p>	<p>P2020</p> <p>P2030</p> <p>PRR (Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial)</p>

Roadmap tecnológico	Tipologia de Investimentos	Possíveis Calls
<p>Percurso 3 "Produtos mais naturais, menos processados e que não sejam prejudiciais para a saúde das pessoas"</p> <p>Alternativas a ingredientes prejudiciais para a saúde" (baixo teor de açúcar, sal e de gorduras);</p> <p>"Clean label" e "Diets low carb". Necessidade da indústria agroalimentar desenvolver produtos mais naturais, menos processados e que não sejam prejudiciais para a saúde dos consumidores.</p> <p>I&D Aplicação de novos métodos de processamento alimentar (emulsificação e estruturação de óleos, a reestruturação de cristais, a microencapsulação e técnicas alternativas de extração); Desenvolvimento de compostos naturais com propriedades antimicrobiana e antioxidantes; Desenvolvimento de alimentos de origem natural e menos processados (extratos com poder edulcorante, substitutos do sal e pigmentos); Desenvolvimento de fontes alternativas de macronutrientes.</p> <p>Tecnologias/Processo Apostar na utilização de tecnologias (altas pressões hidrostáticas e os campos elétricos pulsados) e em processos inovadores para obter produtos com baixo teor de açúcar, sal e de gorduras, sem que isso prejudique sabor e a textura dos produtos alimentares.</p>	<p>I&D Transferencia de tecnologia</p>	<p>HorizonEU</p> <p>EIC Accelerator</p> <p>P2020</p> <p>P2030</p> <p>PRR (Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial)</p>
<p>Percurso 4 "Sabores inovadores" e "Eat-on-the-go".</p> <p>Este percurso está, relacionado com a globalização e com a modernidade, as quais têm vindo a alterar os padrões de consumo de um número cada vez mais crescente de consumidores.</p> <p>I&D e Inovação Criar novos produtos alimentares de conveniência (que possam ser consumidos de forma fácil), mas igualmente saudáveis e sustentáveis. Desenvolvimento de novas embalagens e revestimentos sustentáveis e funcionais (destacando-se as embalagens biodegradáveis/ à base de biopolímeros e revestimentos edíveis.</p> <p>Tecnologias/Processo Adoção de tecnologias e processos (impressão 3D, tecnologias de avaliação da perceção do consumidor, etc.), que permitam o desenvolvimento de embalagens mais sustentáveis, e que potenciem a criação de opções mais naturais e saudáveis de alimentos de conveniência.</p>	<p>I&D Máquinas e Equipamentos Transferencia de tecnologia Estudos e Consultoria</p>	<p>P2020</p> <p>P2030</p> <p>PRR (Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial)</p>

Roadmap tecnológico	Tipologia de Investimentos	Possíveis Calls
<p>Percurso 5 “Sustentabilidade” e “Food integrity”</p> <p>Relação direta entre as tendências de mercado e as necessidades de tecnologias/processos que garantam o respeito pelo meio ambiente e pela biodiversidade ao longo de toda a cadeia de valor</p> <p>I&D Desenvolvimento de novas tecnologias de digitalização de processos e automação industrial (Indústria 4.0); desenvolvimento de novos métodos para controlo da qualidade, origem, deteção de adulterações e segurança alimentar; na otimização de novas tecnologias de processamento alimentar; desenvolvimento de novos métodos de processamento alimentar; desenvolvimento de novas embalagens e revestimentos sustentáveis e funcionais; desenvolvimento de novos alimentos e produtos resultantes da valorização de subprodutos.</p> <p>Tecnologias/Processo Digitalização de processos e automação industrial (tecnologias IoT, IA e outras); utilização de tecnologias de registo distribuído (Distributed ledger); métodos analíticos para determinação da origem e para deteção de adulterações; utilização de biosensores.</p>	<p>I&D Estudos e Consultoria</p> <p>Descarbonização Econ. Circular</p> <p>Digitalização e Capacitação dos RH</p>	<p>HorizonEU</p> <p>P2020</p> <p>P2030</p> <p>PRR (Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial)</p>

4 Patamares para ir do Projeto à Candidatura

Qualquer Entidade se pode candidatar e obter financiamento para uma ideia de projeto que queira construir e implementar, integrado em qualquer um dos programas de financiamento disponíveis.



01. Condições de Partida

- Enquadramento dos investimentos nas prioridades estratégicas europeias;
- Articular calendário dos investimentos vs. Calendário de concursos
- Verificar a natureza dos investimentos (I&D, Inovação, Digitalização, Capacitação RH,...)
- Verificar o âmbito territorial dos investimentos
- Analisar de forma crítica a metas financeiras e indicadores a alcançar



02. Visão para Ambicionar Mais

- Reconhecer a mudança pós pandemia e alcançar um novo mercado global
- Desenvolver e implementar iniciativas que visam transformações relevantes e significativas
- Repensar o negócio, alinhando interesses, investindo e trabalhando com parcerias colaborativas com outras empresas e agentes económicos
- Investir em oportunidades de negócio com capacidade de gerar um efeito multiplicador



03. Preparar e Planear

- Investimentos no âmbito do PRR a realizar de imediato (próximos 2 a 5 anos)
- Investimentos em R&D para preparar o futuro (Horizon Europe)
- Planos de transição energética e descarbonização da atividade (PRR + PT2030)
- Adotar seriamente a sustentabilidade nas operações e na atividade produtiva (PT 2030)



04. Ação

- Participar de forma activa nas agendas de reindustrialização (mobilizadoras e verdes)
- Utilizar as novas Zonas Livres Tecnológicas (ZLT) e os Digital Innovation Hubs (DIH) para acelerar a inovação e a capacitação digital das empresas (poderão recorrer ao outsourcing para obter capacidade tecnológica para aceder aos DHI para efeitos da sua digitalização).
- Procurar apoio especializado para elaborar candidaturas a financiamento no âmbito dos diversos mecanismos disponíveis (PRR, PT2030, Horizon Europe)
- Implementar mecanismos complementares de financiamento (a conjugação entre fundos públicos e os capitais próprios das empresas e o financiamento bancário, vai assumir um papel decisivo para conseguir captar fundos privados e públicos).

LITERACIA FINANCEIRA PARA A GESTÃO DAS PME

A literacia financeira pode traduzir-se como a aquisição de conhecimentos e competências que permitam às pessoas lidar com temas financeiros diários, tomando decisões adequadas às suas necessidades e possibilitando uma gestão eficaz dos seus recursos financeiros. Esta área pode abranger áreas como o conhecimento e compreensão de produtos financeiros, planeamento e orçamentação, poupança, investimento e gestão de dívida e gestão do risco.

No contexto empresarial, o conhecimento financeiro do empresário é um indicador relevante para o sucesso e crescimento do negócio, podendo a falta de literacia financeira resultar numa má gestão, ou ser uma das principais causas para o fracasso. Para o sucesso, é fundamental que o empresário saiba interpretar e utilizar a informação financeira, que deve ser formalizada de acordo com a lei e regulamentações internacionais, conseguindo extrair o máximo de informação dos resultados.

A literacia financeira é também determinante para procurar e seleccionar oportunidades de financiamento para o investimento necessário para o desenvolvimento de novos projetos no contexto da inovação. O acesso a financiamento é um dos fatores chave para assegurar a competitividade das empresas em Portugal. Uma menor capacidade de acesso ao financiamento pode afastar uma empresa das oportunidades de financiamento.

Conceitos básicos da gestão financeira

Na atividade de qualquer tipo de empresa existem várias trocas ou permutas. As que originam entradas e saídas de dinheiro originam receitas e despesas. As que se referem à formação das componentes positivas e negativas do resultado originam rendimentos e gastos.

Assim, enquanto os rendimentos e gastos respeitam a factos económicos, as receitas e despesas respeitam a factos financeiros.

O resultado, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), é apurado comparando os rendimentos e gastos de cada exercício ou ano económico.

RESULTADO = RENDIMENTOS - GASTOS

Um dos objetivos da contabilidade é disponibilizar informação periódica sobre os resultados decorrentes da atividade de uma empresa.

Resumindo os principais conceitos:

Elementos	Comprovante Financeira
<p>Rendimentos</p> <p>Quando se produz um bem, pode afirmar-se que temos um rendimento. Quando é possível quantificar um produto isolado e transacionável, pode falar-se em rendimentos.</p> <p>Gastos</p> <p>Quando se consome um bem ou um recurso e se aplica no processo produtivo, de forma não recuperável pode afirmar-se que ocorreu um gasto.</p>	<p>Demonstrações dos Resultados</p> <p>(fluxos económicos)</p>
<p>Receitas</p> <p>Quando se vende, garante-se o direito de receber como resultado da transmissão de bens e serviços a terceiros. O direito de receber representa uma receita. A receita é representada normalmente pela emissão da fatura ao cliente.</p> <p>Despesas</p> <p>Quando se adquire bens ou serviços destinados à atividade da empresa, aceitamos a obrigação de pagar a um determinado fornecedor. Essa obrigação de pagar representa uma despesa. Em termos documentais, a despesa está habitualmente associada à aceitação da fatura do fornecedor.</p>	<p>Balanço</p> <p>(fluxos financeiros)</p>
<p>Recebimentos</p> <p>Quando uma receita é liquidada, dizemos que se deu o recebimento. Quando o cliente paga a dívida e transfere efetivamente fundos a favor da empresa, podemos afirmar que ocorreu o recebimento.</p> <p>Pagamentos</p> <p>Quando a despesa é paga, pode afirmar-se que se deu o pagamento. O pagamento é a transferência de fundos realizada (em numerário, cheque ou transferência bancária) para um fornecedor. O pagamento está associado à emissão do recibo do fornecedor, no entanto a prova de pagamento pode ser feita simplesmente pelo comprovativo do movimento bancário.</p>	<p>Demonstração dos Fluxos de Caixa</p> <p>(fluxos monetários)</p>

Demonstração dos Resultados

A Demonstração dos Resultados (DR) apresenta de forma detalhada o montante dos resultados obtidos, bem como as componentes que contribuem para a sua formação (rendimentos e gastos). Na DR observa-se imediatamente, em cada exercício, o aumento (quando existem lucros) ou a diminuição (quando existem prejuízos) do património da empresa. De forma simplista, os elementos que contam na DR são os rendimentos, gastos e resultados.

Existem diferentes tipos de resultado:

Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA)

Resultados das atividades da empresa sem considerar os gastos dos juros, impostos, depreciação e amortização. Representa o quanto a empresa gera de recursos apenas nas suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Resultados antes de Gastos de Financiamento e Impostos (Resultado Operacional ou EBIT)

Resultado da empresa antes do apuramento dos juros financeiros e do cálculo do imposto (IRC), ou seja, o resultado operacional da empresa. Considera todos os rendimentos e gastos associados ao exercício da atividade comercial, produtiva ou de prestação de serviços da empresa, considerando também os gastos das amortizações e depreciações de ativos.

É importante reconhecer que na Demonstração dos Resultados se encontram essencialmente elementos de cariz económico, podendo interpretar-se esta demonstração como representando a totalidade dos rendimentos e gastos do período, sendo a diferença traduzida no próprio resultado.

Resultados Financeiros

Resultados compostos pelos rendimentos de aplicações de capital e pelos gastos de financiamentos, assim como ganhos ou perdas resultantes de aplicações financeiras.

Resultados antes de Impostos (RAI)

Resultado da empresa antes de ser considerado o impacto do imposto sobre o rendimento correspondente (IRC). Corresponde à soma dos Resultados Operacionais com os Resultados Financeiros.

Resultado Líquido do Exercício (RLE)

Resultado que corresponde ao Resultado Antes de Imposto (RAI) após tributação fiscal dos rendimentos da entidade.

Balanço

O Balanço expressa a situação financeira de uma entidade num dado momento. Este documento permite comparar ativo, com o passivo ou capital alheio. Este documento permite várias perspetivas na sua abordagem:

Na perspetiva Contabilística, a primeira parte do Balanço representa a globalidade dos ativos da entidade e a segunda parte a forma de financiar esses ativos, recorrendo a fontes próprias (capitais próprios) ou alheias (passivo):

Ativo

Bens e meios monetários que a empresa possui, assim como as dívidas de terceiros. Um ativo deve ser reconhecido no Balanço, quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade.

Passivo

O que a empresa deve a terceiros, quer seja empréstimos bancários, responsabilidades com o Estado ou dívidas a fornecedores. Um passivo deve ser reconhecido no Balanço quando for provável uma saída de recursos, incorporando benefícios económicos resultantes da liquidação de uma obrigação presente.

Capital Próprio

É composto pelo capital que foi usado para criar a empresa, pelo acumular de resultados positivos ou negativos, ao longo dos anos de funcionamento da empresa, e por eventuais revalorizações de componentes do ativo.

- Perspetiva Contabilística (todos os ativos + como financiar esses ativos, mediante fontes próprias ou alheias)
- Perspetiva dos Fluxos Financeiros (investimentos realizados = fontes de financiamento)
- Perspetiva do Investimento e Financiamento (ativos e passivos correntes e não correntes)

Na perspetiva dos Investimentos e Financiamentos, os ativos e passivos no Balanço, podem ser classificados como correntes e não correntes, face ao horizonte temporal em que são detidos os bens e os direitos (no caso dos ativos) e que são assumidas as obrigações (no caso dos passivos):

Ativos Correntes

Ativos que foram adquiridos com a finalidade de serem negociados, prevendo-se que sejam vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal da empresa e num período de 1 ano (curto prazo). A Caixa ou os depósitos bancários à ordem fazem igualmente parte dos Ativos Correntes.

Ativos Não Correntes

Os ativos fixos tangíveis, intangíveis e ativos operacionais e financeiros de longo prazo.

Passivo Corrente

Passivos que se preveem serem liquidados durante o ciclo operacional normal da empresa, no prazo de 1 ano (curto prazo). Também se incluem os passivos em que não seja possível de diferir a sua liquidação no ano seguinte após a data de Balanço.

Passivo Não Corrente

Os ativos fixos tangíveis, intangíveis e ativos operacionais e financeiros de longo prazo.

O Balanço tem de estar sempre equilibrado:

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO} + \text{CAPITAL PRÓPRIO}$$

$$\text{ATIVO NÃO CORRENTE} + \text{ATIVO CORRENTE} = \text{CAPITAL PRÓPRIO} + \text{PASSIVO NÃO CORRENTE} + \text{PASSIVO CORRENTE}$$

A relação entre a Demonstração dos Resultados e o Balanço, é comprovada através do valor do resultado Líquido do Período ser exatamente o valor da variação ocorrida no Capital Próprio.

CASH FLOWS

A análise de fluxos financeiros (recebimentos e pagamentos) e a maximização dos fluxos financeiros líquidos (vulgarmente designados por cash flows ou fluxos de caixa) desempenham um papel muito importante na gestão das empresas. De uma forma simplista, podemos afirmar que se trata da diferença entre os recebimentos e os pagamentos durante um determinado período temporal, sendo, portanto, um conceito financeiro e não contabilístico.

O valor temporal do dinheiro, associado às oportunidades de investimento, é um dos mais importantes conceitos de finanças empresariais. Por exemplo, a detenção de €1000 no momento atual é equivalente a uma taxa de juro de 10%, a €1100 daqui a um ano. Isto é o valor temporal do dinheiro (movimento de Capitalização). No entanto, se consumir €1000 no momento atual, perde a oportunidade de consumir €1100 daqui a um ano. Isto é o custo de oportunidade (movimento de Atualização).

Numa perspetiva financeira, o que se procura maximizar numa empresa, são os cash flows futuros, maximizando assim o valor económico atual da empresa.

O cash flow é um conceito de natureza financeira, que se pode referir à exploração (cash flow operacional ou de exploração), ao investimento (cash-flow de Investimento) ou à totalidade dos fluxos (Cash-flow líquido).

Cash Flow de Exploração do Projeto

Fluxo financeiro gerado pela exploração do projeto. Ao Resultado Operacional (EBIT), corrigido do efeito sobre os impostos (1-IRC), adiciona-se os gastos com depreciações e amortizações e as provisões do exercício, pelo facto destes não constituírem um pagamento. Os gastos financeiros não são considerados, uma vez que se prevê que o projeto seja financiado apenas por Capitais Próprios.

Cash Flow de Investimento do Projeto

Somatório das necessidades de investimento em capital fixo (ativos tangíveis e intangíveis) e em fundo de maneiio [= (saldo de clientes + saldo de inventários) – (saldo de Fornecedores + saldo dívidas ao Estado)], e aos respetivos valores residuais. Os valores residuais dizem respeito aos valores de investimento e fundo de maneiio no último ano de vida útil do projeto.

Cash Flow Líquido

Somatório do cash flow de exploração com o cash flow de investimento.

Cash Flow de Exploração do Projeto

$EBIT (\text{Resultados Operacionais}) \times (1-IRC) + \text{Gastos com Depreciações e Amortizações} + \text{Provisões do Exercício}$

Cash Flow de Investimento do Projeto

$-\text{Investimento em Capital Fixo} - \text{Investimento em Fundo de Maneio} + \text{Valor Residual}$

Cash Flow de Investimento do Projeto

$\text{Cash Flow de Exploração} + \text{Cash Flow de Investimento}$

Taxa de Atualização e Inflação

Quando se investe em novos projetos, a viabilidade económica é analisada com base em cash flows futuros que são determinados em função de previsões, que têm naturalmente uma incerteza associada. No entanto, existe outro aspecto importante na avaliação da decisão de investimento: o valor do capital é relativo ao longo do tempo, dado que depende da evolução das taxas de inflação e de juro.

Torna-se assim necessário corrigir o efeito de acumulação de rendimento existente nos cash-flows. Esta operação é conhecida como a atualização dos excedentes financeiros gerados para o momento inicial do projeto.

Os projetos de investimento podem ser elaborados a preços constantes, normalmente com base no ano 0 (metodologia dos preços constantes), ou a preços correntes, incorporando a inflação prevista para o período do projeto (metodologia dos preços correntes). Esta última é mais realista, dado que conta com o efeito real da inflação.

A Taxa de Atualização é constituída por 3 componentes:

T1 - Rendimento real

corresponde à remuneração real desejada para os capitais próprios (geralmente utiliza-se a taxa das Obrigações do Tesouro, que pretende compensar os investidores que são avessos aos riscos).

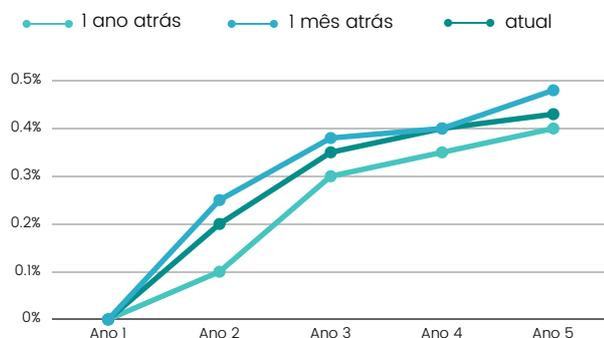
T2 - Prémio de Risco

Prémio anual de risco é definido com base no risco e a incerteza associados ao investimento e representa a parte adicional relativamente um investimento seguro. O prémio de risco de mercado é obtido pela diferença entre a taxa de rendimento proporcionada pelo mercado e a que é proporcionada pelos investimentos sem risco.

T3 - Inflação

Taxa Anual de Inflação que existe para repor/manter o poder de compra do investidor no final do investimento, o que na prática significa que ele deverá poder adquirir os bens que normalmente, e em média, consome atualmente.

$$TA = [(1+T1) \times (1+T2) \times (1+T3)] - 1$$



Exemplo de curvas para as taxas das Obrigações do Tesouro para Portugal

A Taxa de Atualização ou "Custo de Oportunidade do Capital" corresponde à taxa mínima de rentabilidade de um projeto de investimento. Na prática é a melhor remuneração que os investidores esperam receber numa qualquer aplicação alternativa de capital, dado o custo do capital e o risco associado ao investimento, (incerteza face aos futuros resultados). Esta taxa será utilizada para atualizar à data de hoje os futuros cash flows gerados.

Risco e Criação de Valor

No contexto empresarial, a denominação "risco" está associada ao conceito de incerteza e reflete-se na possibilidade de perdas decorrentes da probabilidade de um determinado fluxo financeiro negativo vir a ocorrer numa dimensão maior do que seria expectável. Quanto maior for essa probabilidade, maior será o risco.

O risco pode envolver aspectos específicos da empresa ou pode envolver variáveis que a empresa não controla (contexto económico, político e social).

No caso do risco específico da empresa podem-se identificar 2 tipologias:

Risco do Negócio

Está associado à exploração da empresa e em que medida a estratégia delineada e as ações implementadas permitem que o negócio tenha capacidade de autofinanciamento, i.e., que os rendimentos cubram a totalidade de gastos;

Risco Financeiro

Está relacionado com a estrutura financeira de endividamento da empresa, devendo ser analisado em 3 perspetivas:

- A cobertura dos encargos financeiros, que verifica se os resultados gerados pela atividade são capazes de cobrir os encargos financeiros decorrentes do endividamento da empresa. Nesta perspetiva, o risco financeiro faz-se sentir pela possibilidade da estrutura financeira adotada, prejudicar a rentabilidade dos investidores;
- A tesouraria, que representa a situação financeira de curto prazo. O risco financeiro surge, pela possibilidade dos recebimentos normais da atividade não serem suficientes para se cumprirem as obrigações com terceiros;

- A estrutura de capitais, que representa a capacidade de solvabilidade no médio e longo prazo. Neste caso, o risco financeiro está relacionado com o fato do endividamento atingir proporções elevadas que possam colocar em causa, no futuro, o cumprimento das obrigações com terceiros.

A criação de valor está interligada com a capacidade da empresa de criar uma rentabilidade aos investidores superior ao custo do financiamento da sua atividade.

Quanto maior for o risco percecionado pelos investidores relativamente à empresa, maior o custo que vão exigir para remunerar os capitais que aplicam na sua atividade. Por conseguinte, exigirão maiores fluxos financeiros que, eventualmente, poderão ser difíceis de obter, deixando a empresa de ser atrativa para potenciais investimentos.

A avaliação do risco é muito importante para a tomada de decisões e existem diversas variáveis que deverão ser analisadas e monitorizadas na sua aferição. Uma ferramenta que é bastante útil no planeamento e controlo da atividade é o Plano de Negócios e que permite mensurar o risco associado a uma determinada empresa ou um projeto.

Projeções Financeiras

As projeções financeiras básicas: Vendas, Projeções de Cash-flow e Rentabilidade serão um elemento vital para a determinação da viabilidade e atratividade da sua ideia para parceiros e potenciais investidores.

Vendas (Sales Forecast)

As projeções de vendas são a base fundamental da componente quantitativa do plano de negócios. As projeções têm necessariamente de ser suportadas e fundamentadas em função da dimensão do mercado, necessidades dos clientes, segmentação de clientes, estágio de desenvolvimento do mercado, forças e fraquezas dos concorrentes, entre outros aspetos considerados relevantes.

Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)

Este custo é o somatório dos gastos que uma empresa tem para produzir, armazenar e comercializar determinada mercadoria, até que ela seja vendida e se transforme em rendimento para a empresa.

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Fornecimentos e serviços prestados por entidades externas à empresa no âmbito da sua atividade normal. Dentro destes, existem duas categorias: aqueles que são estruturais e que não dependem da atividade da empresa (e que se designam de gastos fixos) e os que são função da atividade da empresa (que se designam de gastos variáveis).

Gastos com Pessoal

Gastos com as remunerações de todos os trabalhadores e das pessoas que ocupam os cargos dos órgãos sociais (Gerência), bem como os encargos sociais por conta da empresa e os gastos de carácter social, obrigatórios ou facultativos.

Investimento

Conjunto de bens e direitos com carácter de continuidade ou de permanência na empresa e que não se destinam a ser vendidos, servindo de suporte à realização dos seus objetivos. Dividem-se em:

- Ativos Fixos Tangíveis

Elementos com existência física (edifícios, equipamentos, viaturas, etc.);

- Ativos Fixos Intangíveis

Não têm existência física (marcas e patentes, direitos de autor, software, etc.).

Investimento em Fundo de Maneio

É o montante necessário para que uma empresa consiga assegurar o exercício normal da sua atividade. É importante definir claramente as necessidades de tesouraria que o projeto necessitará para poder progredir sem apertos de Tesouraria. Um cálculo errado sobre o valor do fundo de maneio pode inviabilizar um projeto.

Financiamento

Operações financeiras necessárias para assegurar os recursos inerentes ao projeto. Pode ser de curto prazo ou médio e longo prazo, consoante a exigibilidade dos pagamentos e a outros diversos fatores.

Demonstração de Resultados (DR)

A DR expõe os detalhes dos Rendimentos e os Gastos resultantes da atividade da empresa. Permite determinar o potencial de libertação de resultados do Projeto. Através da DR, consegue-se apreender se a empresa ou projeto apresentam rentabilidade líquida positiva ou se, dá prejuízo.

Mapa de Cash Flow

O cash flow é a diferença entre as entradas e as saídas de fluxos financeiros. Demonstra a atividade da empresa do ponto de vista monetário, expondo os valores libertados pela atividade e as necessidades de financiamento. Com as projeções de vendas, pode calcular-se as projeções de cash flow para o horizonte temporal desejado no Plano de Negócios. Estas serão uma estimativa da posição líquida de Tesouraria da Empresa numa base mensal.

Plano Financeiro

Tabela que define claramente as origens e aplicações de fundos do projeto e que constitui normalmente uma componente importante na análise do mesmo. Materializa a política financeira do projeto, especialmente as opções futuras sobre a detenção de ativos e as fontes de financiamento a mobilizar.

Balanço

O balanço é uma demonstração financeira, onde se registam todos os ativos e passivos da empresa. A diferença entre ativos e passivos representa a situação líquida (também denominada de capital próprio).

- Ativos

Bens e meios monetários que a empresa possui, assim como dívidas de terceiros;

- Passivos

Obrigações ou dívidas realizadas para financiamento da atividade da empresa;

- Capital Próprio

Situação Líquida ou Património Líquido (Capital Social e resultados acumulado).

Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores ou rácios económicos e financeiros permitem analisar os principais aspetos do desempenho da empresa:

Rendibilidade Líquida de Vendas

Mede a capacidade da empresa para gerar resultados a par- tir do Volume de Negócios.

Resultado Líquido / (Vendas + Prestação de Serviços)

Break-Even Point (Ponto Crítico)

O "break-even point" ocorre quando o valor das receitas é igual à soma dos gastos fixos e dos gastos variáveis, ou seja, quando começam a exis- tir resultados operacionais positivos. Quanto mais cedo é alcançado, mais atrativo é o negócio para os potenciais financiadores.

Break-Even Point = Gastos Fixos / (Vendas – Gastos Variável)

Rendibilidade dos Capitais Próprios

Mede o grau de remuneração dos sócios ou acionistas da empresa, avaliando assim o retorno do investimento proporcionado aos detentores do capital próprio.

Resultado Líquido / Capitais próprios

Endividamento (%)

Mede a parcela do ativo financiado por capitais alheios. Este indicador complementa o conceito de Autonomia Financeira: quanto menor for a dependência de capitais alheios, maior é o grau de solvência da empresa.

(Total do Passivo / Total do Ativo x 100)

Autonomia Financeira (%)

Proporção do ativo total que é financiada com capital próprio. É um indicador valorizado pelos analistas de crédito. Quanto maior a proporção do capital próprio no financiamento do ativo da empresa, maior a sua autonomia face a terceiros.

Capital Próprio / Ativo Total

Liquidez Geral

Mede a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos de curto prazo. Deve ser sempre igual ou superior à unidade.

(Clientes + Inventários + Estado + Outras contas a receber + Caixa) / (Fornecedores + Estado + Outras contas a pagar)

Cobertura de Gastos de Financiamento

Capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos financeiros. Quanto mais elevado, maior a capacidade da empresa para pagar os encargos do endividamento. Baixos rácios de cobertura implicam a aplicação de taxas de juro mais elevadas, por parte das instituições financeiras, para compensar o acréscimo do risco.

(EBIT + Rendimentos Financeiros) / Gastos de financiamento

Fundo de Maneio (FM)

Fundos que a empresa deve assegurar para que, no curto prazo, tenha capacidade de gerar liquidez para satisfação dos compromissos decorrentes da sua atividade e também para superar dificuldades resultantes de atrasos nos recebimentos.

FM = Ativo Corrente – Passivo Corrente

Análise de Projetos

Uma boa tomada de decisões sobre a viabilidade económica de projetos de investimento tem que se ter em conta os critérios de análise com base na atualização financeira. Os critérios de avaliação associados ao método dos cash flows atualizados que permitem a separação entre decisões de investimento e decisões de financiamento são os seguintes: o Valor Atual Líquido (VAL); a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o Índice de Rendibilidade (IR).

Valor Atual Líquido (VAL)

O VAL é o indicador que nos mostra o verdadeiro valor ou riqueza em termos monetários que o projeto irá gerar para os investidores, considerando o custo de oportunidade do capital. O VAL corresponde ao excedente monetário resultante da aplicação de um recurso a um determinado investimento, sendo que a interpretação deste critério pode conduzir à decisão de aceitação ou de rejeição de um projeto.

$$VAL = -I + \sum_{t=1}^n \frac{CF_t}{(1+r)^t}$$

I - Valor do investimento Inicial

CF_t - Fluxo monetário no momento t

r - Taxa de atualização

t - Momento temporal

n - Total de períodos de vida útil do projeto

Se o VAL for positivo, então o projeto é economicamente viável, ou seja, para além de cobrir o investimento inicial permite criar um excedente financeiro, remunerando assim os investidores. Se o valor do VAL for negativo o projeto torna-se economicamente inviável, não cobrindo o investimento inicial, ou seja, não há remuneração dos capitais investidos, pelo que a empresa deve rejeitar o projeto

A Taxa Interna de Rendibilidade

A Taxa Interna de Rendibilidade é a taxa de atualização que iguala o VAL a zero. Deste modo, a expressão geral da TIR pode ser representada da seguinte forma:

$$0 = -I + \sum_{t=0}^n \frac{CF_t}{(1+TIR)^t}$$

I - Valor do investimento Inicial

CF_t - Fluxo monetário no momento t

TIR - Taxa Interna de Rendibilidade

t - Momento temporal

n - Total de períodos de vida útil do projeto

Um projeto de investimento deve ser aceite quando a sua taxa de rendibilidade for superior ao custo de capital, isto é, à taxa de rendibilidade mínima exigida pelos investidores (taxa de atualização).

Índice de Rendibilidade (IR)

Este critério é muito utilizado em empresas com restrições financeiras, o que corresponde à realidade de muitas PME, dado ser calculado como um rácio entre o benefício (o somatório dos cash flows atualizados) e o custo do investimento. Desta forma, as empresas com maiores restrições financeiras podem comparar o Índice de Rendibilidade (IR) entre projetos e selecionar o projeto que maximize esse rácio. Um projeto de investimento é viável economicamente quando $IR > 1$. O projeto é tanto mais interessante quanto maior for o índice de rendibilidade. O IR é o número de vezes que se multiplica o capital, ou seja, o quociente entre o número de entradas e saídas da tesouraria. Este indicador deverá ser um complemento ao VAL e nunca uma alternativa por si só.

$$IR = \frac{\sum_{t=1}^n (CF_t (1+Ta)^{-t} + VR (1+Ta)^{-n})}{I}$$

I - Valor do investimento Inicial

CF_t - Fluxo monetário no momento t

VR - Valor residual do projeto de investimento

t - Momento temporal

n - Total de períodos de vida útil do projeto

Ta - taxa de atualização

GLOSSÁRIO

Autofinanciamento

Representa os recursos financeiros gerados e retidos na empresa para fazer face ao reembolso das suas dívidas de médio e longo prazo, à manutenção da sua atividade e à garantia do seu crescimento.

Atualização

Procedimento de cálculo financeiro que visa obter no momento atual a equivalência financeira, em função de taxas de juro, de inflação, de desvalorização, etc., de um valor ou de uma série de valores com vencimentos futuros.

Fontes de financiamento

As fontes de financiamento designam o conjunto de capitais internos e externos à organização, utilizados para financiamento dos investimentos realizados. No momento de escolher qual a fonte de financiamento a utilizar, importa, antes de mais, decidir se o financiamento deve ser externo ou interno. Nesta escolha deverão pesar, entre outras questões, a perda ou ganho de autonomia financeira, a facilidade ou possibilidade de acesso às fontes de financiamento e o custo financeiro (juros) desse financiamento.

Taxa de Inflação

É a taxa de variação de um índice de preços (por exemplo, um índice de preços no consumidor). A taxa de decréscimo do poder de compra da moeda é aproximadamente igual à taxa de inflação. É usada para calcular a taxa de juro real e também o aumento real dos salários.

Subvenções

As subvenções são concedidas para executar projetos específicos, geralmente na sequência do anúncio público denominado «convite à apresentação de propostas». Uma subvenção serve uma finalidade específica que vem descrita no convite à apresentação de propostas. Em muitos casos, a contribuição da União Europeia está sujeita à condição de o beneficiário assegurar o cofinanciamento.

BIBLIOGRAFIA

EIC Work Programme 2021; European Innovation Council (EIC) established by the European Commission, under the Horizon Europe programme (2021-27; European Commission Decision C(2021) 1510 of 17 March 2021

Estratégia Portugal 2030; Documento de Enquadramento Estratégico; Ministério do Planeamento. República Portuguesa. Novembro 2020.

European Commission, Directorate-General for Research and Innovation, Directorate A – Policy & Programming Centre; Horizon Europe Strategic Plan (2021 – 2024); February 2021. (https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/research_and_innovation/funding/documents/ec_rtd_horizon-europe-strategic-plan-2021-24.pdf)

European Commission, Horizon Europe, Programme Guide; Version 1.1.; July 2021 (https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/horizon/guidance/programme-guide_horizon_en.pdf)

European Commission, Directorate-General for Research and Innovation, Food 2030 webpage (https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/research-area/food-systems/food-2030_en).

European Commission, Food 2030 Pathways for Action – Research and innovation policy as a driver for sustainable, healthy and inclusive food systems, Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2020.

European Commission, Horizon Europe Work Programme 2021-2022; 9. Food, Bioeconomy, Natural Resources, Agriculture and Environment; (European Commission Decision C(2021)4200 of 15 June 2021).

Finanças com Confiança – Tudo o que precisas de saber sobre as finanças do teu negócio, Territórios Criativos. Outubro 2019.

Guia Explicativo para a Criação do Plano de Negócios e do seu Modelo Financeiro IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. Abril 2016.

PortugalFoods_ Qualifica, Relatório “Constrangimentos e necessidades do setor agroalimentar ao nível das temáticas da Indústria 4.0, Economia digital e Economia circular”, SPI, Maio 2020.

PortugalFoods_ Qualifica, Relatório “Economia Digital no setor agroalimentar – Guia Informativo”, WellAdvisedCo, Novembro 2020. (<https://qualifica.portugalfoods.org/wp-content/uploads/2020/12/guia-economia-digital.pdf>)

PortugalFoods_ Qualifica, Relatório “Roadmap Tecnológico para o setor agroalimentar português”, SPI, Dezembro 2020. (https://qualifica.portugalfoods.org/wp-content/uploads/2021/04/portugalfoods_-_roadmap-tecnologico-setor-agroalimentar.pdf)

Recuperar Portugal 2021-2026. Plano de Recuperação e Resiliência. República Portuguesa. Abril 2021.



PORTUGAL FOODS

Atlantic meets Mediterranean

08.2021 Welladvisedco.com



WELL
ADVISED CO
ADVISING WITH INTELLIGENCE

Cofinanciado por:

COMPETE
2020

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional